

FACULDADE DAMAS INSTITUIÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STÉPHANIE MOURA DE OLIVEIRA

**CRUZANDO FRONTEIRAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A  
ENTRADA E ASILO DE REFUGIADOS SÍRIOS NA TURQUIA**

RECIFE

2019

FACULDADE DAMAS INSTITUIÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STÉPHANIE MOURA DE OLIVEIRA

**CRUZANDO FRONTEIRAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A  
ENTRADA E ASILO DE REFUGIADOS SÍRIOS NA TURQUIA**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Msc. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha.

RECIFE

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

O48c Oliveira, Stéphanie Moura de .  
Cruzando fronteiras: um estudo de caso sobre a entrada e asilo de refugiados sírios na Turquia / Stéphanie Moura de Oliveira. – Recife, 2019.

56 f.

Orientador: Prof. Msc. Luís Emmanuel Barbosa da Cunha.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.  
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Refugiados. 3. Turquia . I. Cunha, Luís Emmanuel Barbosa da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019-303)

FACULDADE DAMAS INSTITUIÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

STÉPHANIE MOURA DE OLIVEIRA

**CRUZANDO FRONTEIRAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A  
ENTRADA E ASILO DE REFUGIADOS SÍRIOS NA TURQUIA**

Trabalho de conclusão de curso como  
exigência parcial para graduação no curso  
de Relações Internacionais, sob orientação  
do Prof. Msc. Luís Emmanuel Barbosa da  
Cunha.

**Aprovada em \_\_\_\_ de junho de 2019**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Artemis Cardoso Holmes, Mestre em Direito, Professora da Faculdade Damas  
Instituição Cristã

---

Antônio Henrique Lucena Silva, Doutor em Ciência Política, Professor da Faculdade  
Damas Instituição Cristã

---

**Orientador:** Luís Emmanuel Barbosa da Cunha, Mestre em Direito, Professor da  
Faculdade Damas Instituição Cristã

RECIFE

2019

## RESUMO

Por muito tempo, as migrações são caracterizadas como um problema difícil de resolver. Vários fenômenos ao longo da história humana causaram migrações de pessoas, seja por livre arbítrio dos migrantes ou não. Hoje em dia, os governos de vários países procuram dar proteção e dignidade aos refugiados, proporcionando-lhes asilo ou uma oportunidade de construir uma nova vida, mas não é isso não é uma regra. Atualmente, um grande número de pessoas tem atravessado as fronteiras do seu país por terra, ar ou mar, tornando-se refugiados e procurando uma nova vida longe dos medos, ameaças ou violência que sofreram no seu país de origem. Sabe-se que alguns países já instituíram direitos e regras para os refugiados que desejam se tornar cidadãos no país em que imigraram, embora isso não seja o que acontece na maioria dos casos. Buscou-se compreender a forma como os refugiados sírios foram recebidos e integrados na sociedade turca, fazendo-se um estudo de caso da situação dos sírios na Turquia. Este trabalho baseou-se em pesquisas feitas com material da Agência de Refugiados da ONU (UNHCR), e também analisou a interação do governo turco com a União Europeia. Como a Turquia não faz parte da UE, buscou-se compreender a forma como ocorreu a interação entre esse país e o bloco, bem como a busca por consenso, ajuda humanitária, e auxílio financeiro. O tratamento de refugiados e a defesa dos direitos humanos dentro do país também foram considerados.

Palavras-chave - Refugiados, Turquia, requerentes de asilo, Nações Unidas.

## **ABSTRACT**

For a long time, migrations are characterized as a difficult problem to solve. Several phenomena throughout human history have caused migrations of people, whether by the free will of migrants or not. Today, governments in many countries seek to give refugees protection and dignity by providing them with asylum or an opportunity to build a new life, but this is not a rule. Today, large numbers of people have crossed the borders of their country by land, air or sea, becoming refugees and seeking a new life away from the fears, threats or violence they suffered in their home country. It is known that some countries have already instituted rights and rules for refugees wishing to become citizens in the country in which they immigrated, although this is not the case in most cases. We sought to understand how Syrian refugees were received and integrated into Turkish society by conducting a case study of the situation of Syrians in Turkey. This work was based on research from UN Refugee Agency (UNHCR) material, and also analyzed the interaction of the Turkish government with the European Union. As Turkey is not part of the EU, it will be understood how the interaction happened as well as the search for consensus, humanitarian aid, and financial aid. The treatment of refugees and the defense of human rights within the country were also considered.

Keywords - Refugees, Turkey, Asylum Seekers, United Nations.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
1.1. O CONSTRUTIVISMO E A CRISE DOS REFUGIADOS .....	12
1.2. CONCEITUALIZAÇÃO .....	15
2. PREFERÊNCIAS DO ESTADO EUROPEU DE BEM-ESTAR .....	17
3. POR DENTRO DAS FRONTEIRAS DA UNIÃO EUROPEIA .....	22
3.1. A TURQUIA COMO UM “ TERCEIRO PAÍS SEGURO ” .....	24
3.2. STATUS DE PROTEÇÃO TEMPORÁRIA (SPT) .....	26
3.3. ACORDO UE-TURQUIA POSTO EM PRÁTICA .....	28
4. POR DENTRO DAS FRONTEIRAS DA TURQUIA .....	31
4.1. O IMPACTO DOS REFUGIADOS NA POLÍTICA EXTERNA TURCA .....	34
4.2. POPULAÇÕES VULNERÁVEIS .....	35
4.3. ACEITAÇÃO POR NACIONAIS TURCOS .....	37
4.4. CONDIÇÕES DE VIDA PARA MULHERES E MENINAS .....	37
4.5. SÍRIOS QUE TRABALHAM NA TURQUIA .....	39
4.6. EDUCAÇÃO .....	42
4.7. SAÚDE .....	45
5. CONCLUSÃO .....	48
6. REFERÊNCIAS .....	50

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele, nada seria. Agradeço à minha mãe, Sandra, por seu amor incondicional e por sempre me apoiar, mesmo nos momentos mais difíceis. Ela que acreditou em mim mesmo nas vezes que estive para desistir de tudo, e por tudo isso e muito mais que você faz por mim, obrigada. Agradeço à minha avó, Semiramis, que mesmo não estando mais fisicamente na terra, sei que está sempre do meu lado me protegendo, como meu anjo da guarda.

Agradeço à Faculdade Damas por todo o período que passei aqui, e a todo o seu corpo docente pelos momentos de aprendizado. Ao meu orientador, Luís Emmanuel, que me acompanhou do meu primeiro ao último período na faculdade, pelos momentos de ensino e amizade. Agradeço ao professor Thales Castro, que sempre me apoiou, e por muitos anos me recebeu nos mais diversos momentos como coordenador, e hoje posso considerar um amigo. Aos funcionários da Faculdade, pela simpatia de sempre.

## 1. INTRODUÇÃO

As migrações não caracterizam um fenômeno recente, pois, por muito tempo, os seres humanos se movimentam, voluntária ou involuntariamente. A partir de meados do século XX, vários Estados passaram a reconhecer a busca de proteção internacional pelos refugiados por medo de perseguição baseada em raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou filiação social como direito individual, através da Convenção de Genebra de 1951.

Desde 2011, uma nova onda de migrantes foi relatada. Com o desencadeamento da Primavera Árabe nos últimos anos, os países do Oriente Médio passaram por várias reestruturações de suas ordens políticas internas. Essa onda começou na Tunísia, quando a população foi às ruas para pedir melhores condições de vida e deposição do ditador. Em seguida, espalhou-se por vários países, incluindo a Síria, onde a maior motivação da população era destituir seu ditador, Bashar Al-Assad, cuja família estava no poder há 46 anos. Os protestos evoluíram, desencadeando uma guerra civil no país e, além de motivações políticas, questões religiosas e sectárias também foram envolvidas.

Uma das maiores consequências dessa guerra foi o número de pessoas que, por causa da insegurança que sentiam por estar no meio do conflito, começaram a deixar a Síria em busca de melhores condições em outros países. Foram centenas de milhares de pessoas cruzando a fronteira da Síria para o oeste e noroeste, buscando asilo em países vizinhos ou tentando ir mais longe para se estabelecer na Europa. Muitos fizeram a travessia por terra e outros pelo mar. Tal como afirmado no relatório da FRONTEX<sup>1</sup>, existem três corredores migratórios fundamentais no mar Mediterrâneo (oriental, central e ocidental) e a presença de requerentes de asilo sírios foi notada em todos eles. No caminho para uma nova vida na Europa, milhares perderam suas vidas ou membros de suas famílias. E não apenas por causa do terrorismo, mas também por causa das formas precárias de locomoção e transporte usados (AYGENC E ORPEN, 2018).

---

<sup>1</sup> A FRONTEX presta apoio aos países da UE e aos países associados de Schengen na gestão de suas fronteiras externas, contribuindo para a harmonização dos controles nas fronteiras da UE. A agência facilita a cooperação entre as autoridades de controle das fronteiras de cada país da UE, disponibilizando a assistência técnica e os conhecimentos específicos necessários em matéria de gestão das fronteiras externas.

Na tentativa de controlar a entrada de imigrantes ilegais, vários países adotaram políticas cada vez mais restritivas sobre o reconhecimento de refugiados, dificultando o acesso a pedidos de refúgio e outros procedimentos legais. Ao mesmo tempo, esses países estabeleceram novas categorias de proteção de duração limitada, que garantiram menos direitos em comparação com o status de refugiado da Convenção de 1951, como proteção temporária e proteção subsidiária atualmente usada pela União Europeia (Relatório Geral de Atividades da União Europeia, 2008).

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) também assumiu um papel de coordenação nas ações de assistência humanitária internacional, trabalhando em conjunto com as forças militares e de manutenção da paz (VAYRYNEN, 2001). O Ex-Presidente do ACNUR, António Gutierres, apelou a um maior apoio financeiro aos refugiados sírios e aos países de acolhimento. Tanto a origem quanto a solução do problema dos refugiados são condicionadas pelo estado-nação: se o indivíduo for ameaçado de perseguição ou realmente perseguido em seu país de origem, ao atravessar as fronteiras e obter o status de refugiado, o Estado acolhedor deverá fornecer a proteção que o país de origem não pôde. O ACNUR também investiu no reassentamento de refugiados, transferindo-os para ``terceiros países seguros'', especialmente onde os países vizinhos e a região estão recebendo grandes fluxos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 inclui o direito de todas as pessoas, em caso de perseguição, de procurar asilo e aproveitá-lo. Os Estados, no momento de adoção da Convenção de 1951<sup>2</sup> relativa ao Estatuto dos Refugiados, estabeleceram um equilíbrio entre suas preocupações legítimas de segurança e as necessidades humanitárias daqueles que precisam e merecem asilo como refugiados. As necessidades humanitárias das pessoas que precisam de proteção internacional, que continuam a ser vítimas de perseguição, intolerância, violações maciças dos direitos humanos, violência generalizada e conflitos internos, não são estranhas às preocupações legítimas de segurança nacional e regional (GONZALEZ, 2009).

Com relação a este tema, neste trabalho será feita uma análise com o objetivo de compreender a forma como os refugiados sírios foram recebidos e integrados na

---

<sup>2</sup> Pode ser lida na íntegra em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)

sociedade turca. No primeiro capítulo, é exposto um estudo sobre a qualidade de vida na Europa, e através deste há a tentativa de esclarecer as motivações dos sírios ao se direcionarem para este continente. Buscar-se-á compreender a prioridade dos refugiados quando se busca um país de refúgio: se qualidade de vida ou sobrevivência. No capítulo seguinte, intitulado "por dentro das fronteiras da União Europeia", elenca-se o "externo" à Turquia, incluindo os fatores de fora do país que contribuíram, positiva ou negativamente para o aumento do número de refugiados naquele país. Dentre esses fatores, explana-se o conceito de "terceiro país seguro", o estatuto de proteção temporária e o acordo firmado entre o bloco da União Europeia e a Turquia. Além disso, a interação entre o ACNUR, a União Europeia e a Turquia será observada. No último capítulo, intitulado "por dentro das fronteiras da Turquia", são expostas as condições de vida dos refugiados sírios na Turquia, assim como a maneira pela qual os refugiados foram integrados à sociedade turca, incluindo serviços públicos e saúde e educação, bem como o respeito pelos direitos humanos dos povos. Por fim, são feitas as conclusões.

Dito isso, adota-se como pergunta de pesquisa a seguinte indagação: Porque a Turquia está recebendo esses refugiados e como está negociando com o resto do mundo para que auxiliem a fornecer boas condições de vida para eles? A hipótese que se busca demonstrar é de que refugiados sírios saíram de seu país pois outros países poderiam lhes oferecer uma melhor qualidade de vida. A pesquisa tem como período de início de análise a deflagração da primavera árabe, e busca os dados mais recentes, objetivando mostrar da forma mais fidedigna possível o cenário atual.

Este trabalho é importante porque procura descobrir como os refugiados sírios que procuram asilo na Turquia foram recebidos. É importante notar o trabalho das Nações Unidas, especialmente através do ACNUR, em relação ao fluxo e proteção de refugiados, bem como os mecanismos diplomáticos e articulações dos governos em relação aos imigrantes sírios. O fluxo de refugiados para a Turquia será analisado, bem como o financiamento que esse país recebeu da União Europeia em troca de asilo para refugiados. Busca-se compreender se os esforços conjuntos da Turquia, da União Europeia e do ACNUR foram suficientes para atender às necessidades básicas dos refugiados e integrá-los à sociedade turca.

Observando a emigração marcada da Síria e a imigração para os países próximos, os direitos humanos assegurados pela ONU serão analisados e possíveis violações serão observadas na Turquia. A ONU tem sido acusada pelo governo turco

com relação à resolução de detenções de ataques contra a população civil na Síria, devido ao sofrimento causado a dezenas de milhares de pessoas pelos atentados. Procura compreender as necessidades do governo turco no que diz respeito ao financiamento necessário para a manutenção dos campos de refugiados e como a ONU tem ajudado o país na questão da qualidade de vida dos refugiados e da sua alocação permanente no país.

A pesquisa foi realizada utilizando métodos qualitativos de investigação e que foram integrados com dados publicados por várias fontes oficiais. A Turquia foi escolhida como um estudo de caso porque é um espaço significativo de chegada, trânsito e partida. Segundo King (1995), a apresentação lógica deve ser levada em conta para que as obras possam ser lidas e entendidas mais facilmente. Desta forma, o modelo que será analisado está exposto. A opção metodológica da pesquisa é um estudo de caso, uma vez que busca compreender o conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer a realidade (OLIVEIRA, 1999) dos refugiados sírios em busca de asilo na Turquia, e observar o comportamento dos refugiados sírios.

Baseado em George e Bennet (2004), um estudo de caso é um exame detalhado de aspectos de um episódio histórico para desenvolver ou testar explicações que podem ser generalizadas para outros eventos. A ênfase do método está na compreensão de aspectos de um único caso, que pode ser um fenômeno simples ou complexo, mas deve ser considerado se precisar ser específico (STAKE, 1978; LINCOLN, 2001).

A escolha do método pelo pesquisador deveu-se ao fato de que a migração dos sírios para a Turquia é um episódio recente, contínuo, não permitindo comparação com outros países, pois é um fenômeno ainda não finalizado. A pesquisa de campo, apesar de se mostrar um bom complemento à perspectiva social do trabalho, torna-se inviável, uma vez que se destina ao estudo de aspectos de uma sociedade geograficamente distante.

O banco de dados 3RP<sup>3</sup>, desenvolvido pela Agência de Refugiados da ONU incluída no plano de resiliência 2016-2017, foi usado para fornecer informações atualizadas sobre o número de refugiados registrados no território turco, por sexo e faixa etária e evolução dos refugiados no território. Bem como as bases de dados da

---

<sup>3</sup> O 3RP é o Regional Refugees & Resilience Plan, em português, o Plano de Resiliência e Refugiados Regionais, criado para a crise de refugiados da Síria. É a resposta das Nações Unidas e de ONGs para o impacto da crise da Síria na Turquia, Líbano, Jordânia, Egito e Iraque, apoiando os esforços nacionais. Mais informações podem ser encontradas em: [www.3rpsyriacrisis.org](http://www.3rpsyriacrisis.org).

Qualidade do Governo Turco e das Estatísticas da População do ACNUR. Os dados utilizados são os dados mais recentes disponíveis em cada uma das bases de dados.

## **1.1 – O CONSTRUTIVISMO E A CRISE DOS REFUGIADOS**

O regime internacional de refugiados pode ser definido como um conjunto de normas, leis e instituições destinadas a proteger e assistir migrantes forçados que atravessaram uma fronteira internacional devido ao medo de perseguição (ROGERS, 1992), violência em seus países, agressão estrangeira, conflitos internos ou violação massiva dos direitos humanos.

O dinamismo do regime internacional de refugiados enfatiza a importância contínua da questão para a comunidade internacional (HADDAD, 2008). Assim, o ACNUR foi estabelecido como uma agência da ONU responsável pelas questões relativas aos refugiados. Desde o início, o status do ACNUR definiu seu trabalho como apolítico, social e humanitário, embora na questão dos refugiados as duas dimensões - humanitária e política - estejam inextricavelmente interligadas.

Atualmente, cerca de 10 milhões de pessoas podem ser consideradas refugiadas (AVERY, 2004; AGIER, 2006), sendo aquelas que atravessaram uma fronteira política internacional fugindo do seu país de origem por causa de medos e não podem ou não querem regressar (BOUCHET-SAULNIER, 2000).

No contexto das atuais guerras, o trabalho do ACNUR tem sido de grande importância e indispensável. As vítimas da Guerra Civil Síria, ao contrário das da Segunda Guerra Mundial, passaram a ver a Europa como um lugar atraente para recomeçarem suas vidas, o que teve consequências no cenário internacional. Para chegar à Europa, a Turquia se tornou uma das principais rotas. Dito isto, é possível concluir que a Turquia também pode ser classificada como um "país de trânsito". De acordo com a definição da Comissão Europeia (2019), um "país de trânsito" é um país através do qual se movem os fluxos migratórios (regulares ou irregulares), ou seja, é o país (ou países), diferente do país de origem, pelo qual os migrantes passam para entrar no país de destino. No entanto, sendo classificados como "migrantes ilegais" na maioria das vezes, um grande número de migrantes acabou por ficar na Turquia. Segundo Düvell (2010), o conceito de "trânsito" relacionado às migrações e países, é "obscuro e politizado" e "estritamente relacionado aos processos identificados com a internacionalização ou externalização das políticas migratórias da UE". Finalmente, o

rótulo de “migrante em trânsito” traz frequentemente uma conotação negativa, especialmente relacionada com a elusão das leis de migração (por exemplo, o Regulamento de Dublin<sup>4</sup>).

O governo turco comprometeu-se a prestar assistência às pessoas que estivessem no país, prestar assistência financeira de emergência, bem como a gerir as entradas e combater o tráfico de pessoas, e alguns refugiados vêm sendo realocados de acordo com os contratos que foram assinados.

Assim, a crise dos refugiados na Europa está claramente empurrando os países europeus a repensarem sua cooperação e políticas de ajuda humanitária, que já destinaram bilhões de euros como ajuda humanitária à população refugiada síria e às comunidades que os receberam em países vizinhos como Líbano, Jordânia, Iraque, Turquia e Egito. Os programas humanitários da UE incluem fornecimento de alimentos, água potável, abrigos, tratamento médico de emergência e segurança.

O ACNUR (GONZALEZ, 2009) reconhece o direito dos Estados de garantir a segurança e de lidar com os controles de fronteira em relação às pessoas que buscam entrar em seu território. No entanto, é necessário assegurar que os legítimos interesses de segurança dos Estados sejam compatíveis com suas obrigações internacionais em relação aos direitos humanos e que os controles migratórios não afetem indiscriminadamente aqueles que precisam de proteção internacional como refugiados.

Esse trabalho parte da abordagem construtivista, tomando por base as propostas de Reus-Smit (1999) e Onuf (1989) para a área. Por meio desta teoria, busca-se esclarecer os processos de construção da situação dos refugiados na sociedade moderna, focando no papel Estatal e de Organizações Internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Mesmo sendo desmembrado por diversos autores em várias correntes, aqui será usada a teoria construtivista na sua forma clássica. A perspectiva construtivista é a de que o mundo material forma e é formado pela ação e interação humana, e depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material. Nas Relações Internacionais, o construtivismo tem uma abordagem com uma perspectiva de que o mundo é formado pela ação e interação entre os homens e os

---

<sup>4</sup> A Convenção de Dublin é uma lei da UE para agilizar o processo de candidatura para os refugiados que procuram asilo político ao abrigo da Convenção de Genebra de 1951, na redação dada pelo Protocolo de Nova Iorque.

Estados. A teoria mostra que as instituições estatais mais duradouras dependem de boas interações entre povo e governo, através de um entendimento coletivo que foi subsequentemente difundido e consolidado até que fosse tido como inevitável (ADLER, 1999).

O construtivismo tem seu debate centrado na natureza da ciência social, e, portanto, na disciplina de Relações Internacionais. Essa teoria busca explicar as ações de indivíduos e Estados de acordo com o significado coletivo que certas situações lhes representam, que para cada um aparecem de forma diferente. A teoria mostra que mesmo instituições antigas e perpetuadas na sociedade baseiam-se em entendimentos coletivos. Além disso, os construtivistas acreditam que a capacidade humana de reflexão ou aprendizado tem seu maior impacto no modo pelo qual os indivíduos e atores sociais dão sentido ao mundo material e enquadram cognitivamente o mundo que eles conhecem, vivenciam e compreendem. Assim, os entendimentos coletivos dão às pessoas razões pelas quais as coisas são como são e indicações de como elas devem usar suas habilidades materiais e seu poder (ADLER, 1999).

Os construtivistas acreditam que as Relações Internacionais consistem primariamente em fatos sociais, os quais são fatos apenas por acordo humano, bem como acredita que são socialmente e historicamente construídas, e não um resultado da natureza humana ou outras características de política internacional. Partindo dessa prerrogativa, é possível relacionar essa teoria à questão dos refugiados abordada nesse trabalho, uma vez que questões humanas afetaram de forma grandiosa as relações internacionais. Causados pelos homens, os movimentos populacionais que ocorreram no Oriente Médio afetam os Estados, que afetam os homens, a crise tendo sido construída ao longo dos anos com a contribuição de ambos os atores, e vem sendo desenvolvida com a contribuição dos mesmos.

As identidades, os interesses e o comportamento dos agentes políticos são socialmente construídos por significados, interpretações e pressupostos coletivos sobre o mundo, para o construtivismo. Dessa forma é possível assumir que, em diferentes sociedades e culturas, com diferentes contextos, agentes políticos poderiam ser direcionados a tomar diferentes decisões. E isso se aplica no contexto abordado no trabalho uma vez que, em diferentes sociedades os fatos que culminaram na guerra civil síria e conseqüente crise dos refugiados poderiam ter sido administrados de formas diferentes, apresentando resultados diferentes, ou não. A

construção cultural, ideológica e social pode variar de acordo com o contexto e as sociedades e agentes políticos envolvidos.

O objetivo principal do construtivismo é de fornecer explicações tanto teóricas quanto empíricas de instituições sociais e da mudança social com o auxílio do efeito combinado de agentes e estruturas sociais. Além disso, para a teoria, quando as pessoas atuam em conjunto, "a intencionalidade individual de cada pessoa deriva da intencionalidade coletiva de que compartilha" (SEARLE, 1995). E isso leva a ações e movimentos de massa, como os ocasionados na crise, uma vez que o pensamento individual deriva do coletivo e o coletivo é formado por pensamentos individuais em conjunto.

Essa agenda de pesquisa também requer o estudo do papel desempenhado pelas instituições internacionais e transnacionais na construção social das comunidades de segurança. As organizações internacionais podem ser capazes de moldar práticas dos Estados, estabelecendo, articulando e transmitindo normas que definem o que é aceitável e legítimo no comportamento dos Estados. O que sugere que as organizações internacionais podem ser um lugar de formação de interesse e identidade.

Dentre as contribuições da teoria construtivista para este trabalho, é importante salientar que, para essa teoria, as relações sociais têm lugar privilegiado, uma vez que são permeadas por normas, ideias, cultura, conhecimento e valores que operam como regras sociais unindo indivíduo e Estado. Todavia, os construtivistas acreditam que o Estado não é a agência por excelência, e sim os indivíduos. Portanto, Onuf (1998) coloca que esses agentes possuem certa liberdade, sendo capazes de utilizar as regras sociais como base para escolhas racionais, podendo descumpri-las desde que estejam dispostos a lidar com as possíveis consequências. A racionalidade, no entanto, não pode ser separada das influências que as normas exercem, bem como o contexto normativo condiciona a escolha racional (FINNEMORE E SIKKINK, 1998).

## **1.2 - CONCEITUALIZAÇÃO**

Segundo dados do ACNUR<sup>5</sup> (2017), existem 7 nomenclaturas que definem as pessoas que deixaram o país e foram para outro local. A nomenclatura mais conhecida e às vezes mal usada é "refugiados". Segundo a agência, os refugiados são aqueles reconhecidos pela Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, seu Protocolo de 1967, a Convenção da OUA de 1969 que rege os Aspectos Específicos dos Problemas de Refugiados na África, aqueles reconhecidos de acordo com o Estatuto do ACNUR (2007). Segundo o ACNUR, desde 2007 a população de refugiados também inclui aqueles "em situação" de refugiados.

Os requerentes de asilo, no entanto, são aqueles que buscam proteção internacional e cujos pedidos de refúgio ainda não foram determinados. Já pessoas deslocadas internamente (PDI), são aquelas pessoas que, embora tenham sido forçadas a deixar seu local de residência habitual para evitar os efeitos de conflitos armados, violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres provocados pelo homem, não chegaram a cruzar a fronteira do seu país de origem. Segundo o ACNUR, desde 2007 a população de deslocados internos também inclui pessoas "em situação" de deslocados internos.

Há ainda a nomenclatura de "refugiados retornados", que são ex-refugiados que voltaram ao seu país de origem espontaneamente ou não, mas já estão totalmente integrados em sua sociedade novamente. Tal retorno normalmente só ocorreria em condições de segurança e dignidade. "Deslocados internos retornados", referem-se aos deslocados internos que foram beneficiários das atividades de proteção e assistência do ACNUR e que retornaram às suas áreas de origem ou residência habitual durante o ano.

Outra categoria são os apátridas, que são aqueles definidos no direito internacional como pessoas que não são reconhecidas como nacionais de nenhum Estado. Em outras palavras, eles não possuem a nacionalidade de nenhum Estado. Finalmente, os "outros vulneráveis" referem-se a indivíduos que não necessariamente se enquadram diretamente em nenhum dos grupos acima, mas a quem o ACNUR amplia seus serviços de proteção e / ou assistência, com base em motivos humanitários.

---

<sup>5</sup> As definições abordadas na parte de conceitualização que referenciam o ACNUR podem ser encontradas no seguinte endereço: <http://popstats.unhcr.org/en/overview>

## 2 - PREFERÊNCIAS DO ESTADO EUROPEU DE BEM-ESTAR

O estado de bem-estar social surge na Europa após o fim da Segunda Guerra Mundial, e seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao processo de industrialização e aos problemas sociais gerados a partir dele. A Grã-Bretanha foi o país que mais se destacou na construção do Estado Providência com a aprovação, em 1942, de uma série de medidas nas áreas de saúde e escolaridade. Nas décadas seguintes, outros países seguiriam essa direção.

Um estado de bem-estar social é aquele que garante padrões mínimos de educação, saúde, moradia, renda e seguridade social a todos os cidadãos e, por causa desse novo padrão de vida europeu, o continente tornou-se referência para pessoas que buscam maior qualidade de vida.

De acordo com sua definição,

"O estado de bem-estar social é um estado no qual o poder é deliberadamente usado (através da política e administração) em um esforço para modificar o jogo das forças de mercado em pelo menos três direções: primeiro garantindo aos indivíduos e famílias uma renda mínima; segundo, estreitando o grau de insegurança permitindo que indivíduos e famílias encontrem certas "contingências sociais" (por exemplo, doença, velhice e desemprego) que levam a crises individuais e familiares; garantindo que todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, recebam os melhores padrões disponíveis em relação a uma determinada gama de serviços sociais." (BRIGGS, 1961).

O sociólogo T. H. Marshall descreveu o estado de bem-estar moderno como:

"Uma combinação distinta de democracia, bem-estar e capitalismo. Como um tipo de economia mista, o estado de bem-estar financia as instituições governamentais para saúde e educação, juntamente com benefícios diretos pagos a cidadãos individuais. Estados de bem-estar modernos incluem Alemanha e França, Bélgica e Holanda, assim como os países nórdicos, que empregam um sistema conhecido como Modelo Nórdico. As várias implementações do estado de bem-estar social dividem-se em três categorias: (i) social-democrata, (ii) conservadora e (iii) liberal (Marshall, 1992)

Com o início da crise dos refugiados e a Europa ocupando esse nível de "continente de oportunidades e qualidade de vida", o principal destino dos refugiados

que precisavam recomeçar suas vidas era precisamente o continente. Porém, é importante notar que, embora muitas pessoas tenham se dirigido a oeste, houve também um contingente que se direcionou aos países próximos das fronteiras sírias, mesmo que em menor quantidade, buscando sua sobrevivência.

Para além da qualidade de vida, a Bélgica, a Dinamarca, a Alemanha, a Grécia, a Espanha, a França, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo, os Países Baixos, Portugal e o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte são signatários da Convenção de Dublin de 15 de Junho de 1990, que estabelece que os refugiados devem solicitar asilo no primeiro país membro no qual eles chegam, assumindo sua responsabilidade.

Além disso, um grande número de países europeus também são signatários do Tratado de Schengen, que estabelece a livre circulação de pessoas dentro das fronteiras dos países da região europeia. Como resultado, os refugiados que são capazes de chegar à Europa, além de estarem registrados em um país europeu, têm a possibilidade de circular livremente entre vários países do continente. É compreensível, portanto, a atração de refugiados em toda a Europa. Além do fato de que o continente oferece uma qualidade de vida em vários aspectos, permite a livre circulação de pessoas entre seus países, ampliando suas opções para encontrar um emprego e um lugar para se instalar.

A atitude alemã é compreensível, ao retornar 70 anos na história do país, desde que o país sofreu muito na Segunda Guerra Mundial e com a tragédia do Holocausto, quando um grande contingente de cidadãos alemães procurou um lugar para se refugiar, fugindo da guerra em seu país. O êxodo de pessoas originado pela Segunda Guerra Mundial fez com que essa fosse a razão pela qual foi feita a Convenção de Genebra de 1951, com o objetivo de proteger toda essa população que buscou refúgio em outros países. O holocausto provocou traumas e cicatrizes não apenas nos grupos alvo do nazi-fascismo, mas em toda a população mundial que se sensibilizou com a situação. A Alemanha acabou, depois da guerra, lutando contra a xenofobia e discriminação racial e tendo políticas muito abertas para receber imigrantes. Como o nazi-fascismo tinha uma filosofia de superioridade racial, a Alemanha sempre procura se opor a isso, promovendo políticas de abertura aos estrangeiros. O posicionamento político alemão de abertura de portas aos refugiados serviu de exemplo a vários países, o país se esforçou para apresentar um modelo político de solidariedade e colaboração internacional. Em termos geoestratégicos, a

crise dos refugiados representou uma janela de oportunidade para a extrema-direita alemã, com a subsequente assinatura do acordo entre União Europeia e Turquia em 2016, onde a Europa pôde demonstrar boa vontade, ao passo que se eximia da responsabilidade de receber grandes contingentes humanos.

Além disso, a Arábia Saudita e vários vizinhos sírios do Oriente Médio criaram um estigma de refugiados sírios como "hostis" e "violentos", embora a maioria das pessoas em seus países também sejam muçulmanas. Esses governos árabes argumentam que os refugiados sírios e iraquianos poderiam levar consigo "ideologias subversivas" incompatíveis com sua "estabilidade". Ironicamente, é o mesmo tipo de discurso adotado por um número muito grande de ocidentais para rejeitar a recepção dos mesmos refugiados, confundindo-os arbitrariamente com "terroristas", "jihadistas" ou "adeptos de um plano para islamizar a Europa".

No início da Primavera Árabe e na consequente crise de refugiados, a Europa demonstrou políticas descontraídas em relação à imigração, fornecendo vários serviços sociais e médicos, tornando-se o local ideal para a retomada da vida dos refugiados. Em 2011, no início do conflito, o número de refugiados ainda não era tão alto e a Europa conseguiu suprir a demanda. No entanto, ao longo dos anos, o número aumentou acentuadamente, a crise assumiu proporções maiores e a guerra não demonstrava pretensões de terminar, levando o continente a adotar novas políticas.

A Alemanha não era mais capaz de absorver grande número de pessoas, países como a França e a Áustria estavam relutantes em aceitar refugiados, e países como a Hungria fecharam completamente suas fronteiras. A falta de cooperação e solidariedade com essa crise sem precedentes ajudaram a agravar a crise.

A Turquia, um país que reivindica a entrada na União Europeia há anos e está localizada na fronteira entre a Europa e a Ásia, tornou-se uma alternativa para os refugiados da Guerra da Síria, mesmo não sendo a primeira escolha para muitos deles. Em muitos casos foi e é utilizado como país de trânsito para os refugiados que pretendem chegar à Europa por terra, mas com a restrição de entrada nas fronteiras europeias, e principalmente após o acordo firmado com a União Europeia, negociado entre novembro de 2015 e março de 2016, passou a ser o destino final de muitos migrantes.

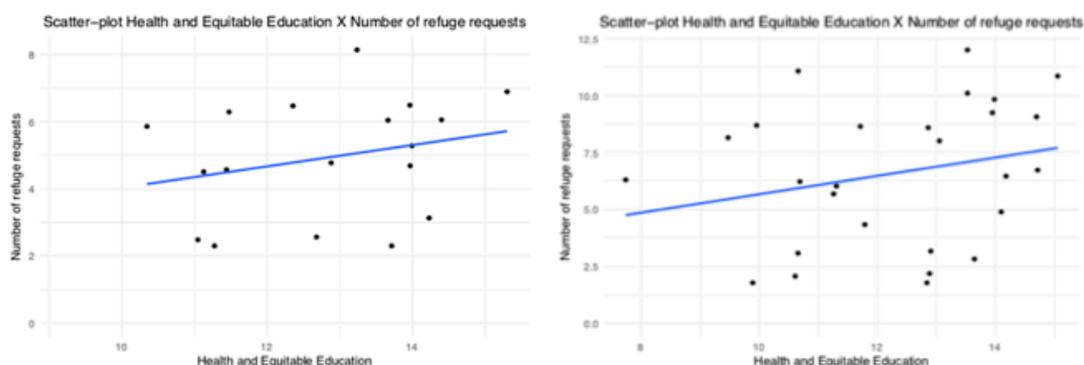
Em Oliveira (2019, no prelo), foi analisada a relação entre o índice do Welfare State dos países europeus e o número de pedidos de refúgio de refugiados sírios.

Procurou-se entender, usando dados, se os refugiados buscam principalmente a sobrevivência ou a qualidade de vida ao deixar a Síria.

A Primavera Árabe começou em 2011, tendo seu ponto alto na Síria com seus cidadãos em busca de outros lugares para viver no ano de 2015, com um aumento exponencial (centenas de milhares de pessoas) tentando entrar na Europa e solicitar asilo. 2011 e 2015 foram os anos analisados no estudo. Nessa análise, foi usado o software R, realizando uma regressão linear para avaliar o número de pedidos de refúgio de cidadãos sírios em países europeus. As variáveis utilizadas no estudo foram Serviços Públicos (representa a significância dos serviços públicos para cada país. Quanto menor, melhor), Saúde e Educação Equitativa (refere-se à qualidade do sistema de saúde e à equidade da educação em cada país. Quanto maior melhor). Os modelos têm o objetivo de explicar as motivações que levaram os refugiados sírios a solicitar asilo nos países europeus durante o período analisado.

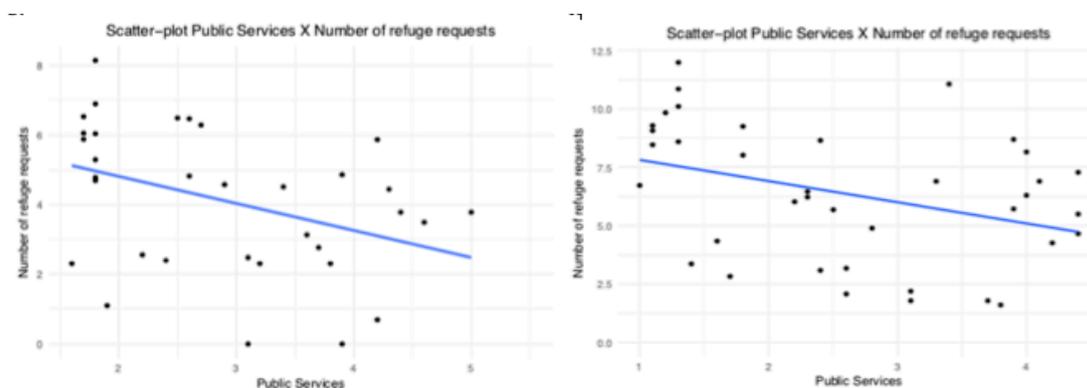
Com o início da primavera árabe, seguido do início da guerra civil na Síria, e o consequente afluxo de refugiados nos países da região, um dos países que mais se abriu para a recepção dos refugiados foi a Alemanha, em oposição a muitos outros países da Europa. O país foi amigável com a situação, incentivando os países vizinhos a fazer o mesmo.

Em seguida são apresentados gráficos que demonstram os índices de qualidade de vida europeia por meio de índices de saúde, serviços públicos e educação em relação ao número de pedidos de asilo por sírios na Europa ao longo dos anos de 2011 a 2015.



Os gráficos referem-se à associação entre as variáveis: variáveis de Saúde e Educação Equitativa com o número de pedidos de refúgio. O primeiro é a correlação em 2011 e o segundo em 2015. Fonte: Oliveira (2019, no prelo).

No que diz respeito aos gráficos que associam as variáveis “número de pedidos de refúgio” e “Saúde e Educação Equitativa”, é possível supor que à medida que o índice Saúde e Educação Equitativa aumenta, o número de pedidos de refugiados aumenta, tanto em 2011 como em 2015.



Os gráficos referem-se à associação entre as variáveis: Serviços Públicos e número de pedidos de refúgio. O primeiro é a correlação em 2011 e o segundo em 2015. Fonte: Oliveira (2019) (a ser publicado)

No que diz respeito ao gráfico que associa as variáveis “número de pedidos de refúgio” e “serviços públicos”, é visível que o número de pedidos de refúgio é maior enquanto o índice de serviços públicos é menor. Importante salientar que quanto menor o índice de serviços públicos, melhor é esse índice, logo, há uma relação direta entre as variáveis.

É possível concluir que os resultados foram de acordo com as expectativas. O número de pedidos de refúgio é maior quanto menor o índice de serviços públicos (quanto menor o índice, melhor, segundo a variável) e o número de pedidos de refúgio também maior, maior é o índice de educação e saúde equitativa nos países. Dito isto, é possível afirmar que foi encontrada uma relação positiva entre o Estado de Bem-Estar Social e o número de pedidos de asilo para refugiados sírios em países europeus.

### 3 – POR DENTRO DAS FRONTEIRAS DA UNIÃO EUROPEIA

A migração não é um problema recente e deve ser reconhecido que é e continuará a ser uma das questões-chave para a Europa nas próximas décadas. A partir dos anos 1970, vários países europeus estabeleceram programas formais de reassentamento em parceria com o ACNUR. Muitos deles também adotaram os Procedimentos de Entrada Protegida<sup>6</sup> (PEPs). (GOIS E FALCHI, 2017).

Com o início dos conflitos, milhões de sírios foram confrontados com a possibilidade de ficar em suas casas e arriscar suas vidas ou deixar seu país. E muitos fizeram. Por causa da proximidade geográfica, muitos decidiram se dirigir à Turquia, cuja capital, Ancara, fica a cerca de 800 quilômetros de Aleppo, cidade onde grande parte do bombardeio aconteceu e continua acontecendo. A esperança dos sírios ao chegar na Turquia foi se mover mais a oeste e noroeste para entrar na União Europeia. Milhares deles, chegando à Turquia, embarcaram muito precariamente para a Grécia, Itália, Malta, Espanha e outros países, usando os mares Egeu e Mediterrâneo como rotas de fuga. (GOIS E FALCHI, 2017). No início da crise, os contrabandistas empregavam técnicas inovadoras para transportar migrantes, usando grandes cargueiros baratos em direção às costas europeias.

A Europa nunca esteve em uma situação com um influxo tão grande de pessoas entrando em seu território. Com o avanço da crise, a resposta europeia à chegada dos refugiados não foi muito positiva. Tanto o governo quanto a população europeia não queriam que o grande afluxo de refugiados deixasse a Síria para entrar em seus países. Muitos países fecharam-se completamente à entrada destas pessoas, outros limitaram a quantidade, e os nacionais dos países em que os refugiados puderam entrar, levaram a cabo um comportamento xenófobo contra eles. Foi pedido um meio para que menos refugiados entrassem no seu território sem ter que ignorar o princípio da não devolução. A Turquia também estava recebendo enormes contingentes de refugiados, e mesmo sendo um país em desenvolvimento, seu governo estava realizando esforços para proporcionar-lhes boas condições de vida, educação, saúde, inserção no mercado de trabalho e dignidade.

---

<sup>6</sup> É entendido para permitir que um não nacional se aproxime do estado anfitrião em potencial fora do seu território com um pedido de asilo ou outra forma de proteção internacional, e obter uma autorização de entrada no caso de uma resposta positiva a essa alegação, seja preliminar ou final (Comissão Europeia, Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu).

Como resultado, os 28 países membros da União Europeia e a Turquia iniciaram as negociações sobre o papel da Turquia na crise dos refugiados sírios. Em 18 de março de 2016, a UE e a Turquia adotaram a Declaração UE-Turquia, um documento não vinculativo concebido com o único objetivo de dissuadir os refugiados de chegarem à Europa (KARAKOULAKI, 2018). Este acordo beneficia não só a Europa, que procura evitar o grande afluxo de refugiados no seu território, mas também a Turquia, que tentou sem sucesso aderir à União Europeia desde 14 de Abril de 1987, e que, com a assinatura deste acordo, haverá facilitação das negociações para sua entrada. Além disso, com o acordo a Turquia também recebe assistência financeira da União Europeia para ajudar com os custos desses refugiados, bem como para promover saúde, educação, moradia e qualidade de vida para eles.

Segundo o acordo, a Turquia concordou em aceitar o retorno de todos os migrantes que não necessitavam de proteção internacional, de acordo com os critérios de vulnerabilidade, que haviam cruzado da Turquia para a Grécia e concordou em aceitar todos os migrantes irregulares interceptados em águas turcas. Além disso, ainda haveria uma cota de refugiados que, após ser registrado na Turquia, poderia retornar à Europa inicialmente, pois cada refugiado retornando da Grécia para a Turquia, a Grécia aceitaria um refugiado registrado. A prioridade seria dada àqueles que não tentaram entrar na União Europeia de forma irregular. Conforme o acordo, haveria 18.000 lugares para remanejamento remanescente, com um adicional de 54.000 pessoas, totalizando um número máximo de 72.000 pessoas que poderiam ser reassentadas que poderiam ser recebidas, distribuídas entre os países da UE.

Em contrapartida, a UE desembolsaria inicialmente 3 mil milhões de euros direcionados ao abrigo e instalação dos refugiados na Turquia e asseguraria o financiamento de novos projetos para pessoas sob proteção temporária. Esse dinheiro, então, seria destinado a projetos relacionados a refugiados nos campos da saúde, educação, alimentação, infraestrutura e outras despesas de subsistência. Logo, uma vez que esses recursos estivessem esgotados, e de acordo com a necessidade, a União Europeia mobilizaria um financiamento adicional de outros 3 bilhões de euros até o final de 2018. Outro benefício que a Turquia teve ao assinar este acordo foi a promessa de que o processo de entrada desse país na União Europeia seria acelerado, incluindo um processo mais rápido para possibilitar a viagem sem visto de cidadãos turcos para a UE, entre outros. Como resultado, a Turquia seria responsável por todo o processo de proteção de fronteiras, classificação e documentação de refugiados,

como uma espécie de filtro antes que uma parte deles pudesse viajar para a Europa. Milhares mais permaneceriam na Turquia.

Após seu anúncio, o Acordo recebeu críticas de organizações de base, grupos de ajuda humanitária e especialistas legais, bem como de refugiados sírios cujas vidas são reduzidas a um número. A legalidade e legitimidade do Acordo, que se baseava na premissa de que a Turquia estava determinada como um “terceiro país seguro”<sup>7</sup>, tem sido questionada desde a sua declaração.

Com relação aos benefícios e malefícios que a recepção de refugiados nos países, são notáveis os benefícios trazidos no aspecto político, no concernente à imagem internacional dos países no cenário mundial, bem como no aspecto social, de desenvolvimento de políticas públicas e espírito de solidariedade da população. Em contrapartida, os nacionais podem também ficar insatisfeitos com os gastos governamentais com essa população, bem como com a ocupação de territórios e possivelmente de vagas de emprego, podendo gerar, inclusive, comportamentos xenófobos.

No que diz respeito aos refugiados que foram afetados pelo acordo, para aqueles que esperaram no continente grego apenas alguns meses antes do acordo UE-Turquia, a UE introduziu o mecanismo de recolocação de emergência numa tentativa de aliviar a Grécia e a Itália dos milhares de refugiados que chegavam diariamente. Com esse mecanismo, os países europeus concordaram em realocar cerca de 98 mil refugiados da Grécia e da Itália; no entanto, o esquema tinha uma data de expiração. Pararam de realocar em 26 de setembro de 2017, embora aqueles que chegaram naquele dia ainda pudessem se qualificar para o esquema. De outubro de 2015 a outubro de 2017, 31.503 refugiados foram transferidos da Grécia e da Itália.

### **3.1 - A TURQUIA COMO UM "TERCEIRO PAÍS SEGURO"**

De acordo com a definição do ACNUR, "país terceiro seguro" é um conceito baseado na noção de que as obrigações dos Estados em relação aos refugiados que não tiveram o direito de entrar ou permanecer no país em que solicitam asilo não vão além do princípio da não devolução. Os Estados seriam obrigados a permitir que os refugiados buscassem asilo - para respeitar o princípio de não devolução -, mas sua

---

<sup>7</sup> Conceito a ser desenvolvido no tópico 3.1.

outorga seria um ato discricionário do Estado (de acordo com sua legislação interna), e não o direito do indivíduo receber (em conformidade com o direito internacional).

Uma vez que um refugiado adquiriu direitos no Estado que envia, o Estado remetente deve assegurar que esses direitos sejam respeitados no país receptor (sendo o Estado receptor o "país terceiro seguro", e não o país de origem).

Este instrumento aborda o fenômeno dos refugiados e requerentes de asilo que se deslocam de forma irregular de países em que já encontraram proteção, a fim de procurar asilo ou reinstalação permanente noutro local. Os elementos definidores do fenômeno em consideração são os seguintes:

- 1) O movimento não se origina nos países de origem, mas nos países onde a proteção já foi encontrada;
- 2) O objetivo do movimento é buscar asilo ou reassentamento permanente em outro país; e
- 3) O movimento é irregular.

É importante destacar a Diretriz de Procedimento de Asilo da União Europeia<sup>8</sup> (DPA), que justifica por que a Turquia não pode ser caracterizada como um país terceiro seguro. A Europa fez uma série de esforços para classificar a Turquia como um "país terceiro seguro" por causa de toda a conveniência que ela traz. A Turquia, no entanto, não cumpre todos os requisitos necessários para receber esta classificação. Além disso, a lei antiterrorista da Turquia mostra uma natureza duvidosa desses direitos e liberdades.

A lei antiterrorista turca define amplamente o terrorismo e dá ao Estado a permissão para classificar um grande número de atividades como sediciosas e, conseqüentemente, dá ao governo a base legal para julgar o que ele considera ser uma ameaça à sua existência. Isso é uma violação dos direitos humanos e liberdades, como o direito de protestar, a reunião e a liberdade de expressão (AYGENC E ORPEN, 2018). O acordo de 18 de março de 2016 exige que a Lei Anti-Terrorismo Turca seja revista, mas a Turquia não parece estar disposta a fazê-lo.

Outro ponto que não permite a classificação turca como "terceiro país seguro" é que o país não está livre de xenofobia. Manifestações de turcos no twitter usando hashtags contra a entrada de sírios no país foram relatadas, e, embora não seja

---

<sup>8</sup> A Diretriz Procedimentos de Asilo da União Europeia estabelece procedimentos comuns aos Estados-Membros da UE para concederem e retirarem a proteção internacional para os refugiados.

frequente, mostra uma atitude hostil de um bom número de cidadãos turcos com os sírios.

Embora a Turquia tenha sido um dos países que abriram as suas fronteiras aos refugiados sírios imediatamente após o início da guerra civil em 2011, houve incidentes relatados em que a Turquia não cumpriu o princípio de não devolução. De acordo com o comunicado de imprensa de 1º de abril de 2016 da Anistia Internacional, houve relatos de retornos em massa de sírios para seu próprio país, apesar de suas objeções e seus direitos legais (não devolução). Isto viola a Diretiva de Procedimento de Asilo da UE e o direito internacional. Alegadamente, devido ao não cumprimento de tantas prerrogativas, o acordo entre a União Europeia e a Turquia deve ser ilegal, mas, como é conveniente para ambas as partes que este acordo esteja em vigor, permanece assim até hoje.

### **3.2 - STATUS DE PROTEÇÃO TEMPORÁRIA (SPT)**

Embora seja sempre dito que os sírios na Turquia são refugiados, essa nomenclatura não é 100% correta. Ao entrar no país, em vez de conceder o status de refugiado, a Turquia dá aos sírios um status de proteção temporária (SPT). Mesmo a Turquia tendo assinado a Convenção de Genebra de 1951, não ratificou o protocolo de 1967 que levanta uma restrição geográfica, fornecendo status de refugiado a não-europeus. Isto significa que a Turquia aceita oficialmente como refugiados apenas os que são classificados pelos estados membros do Conselho Europeu como refugiados. Todos os outros que buscam proteção internacional e alcançam as fronteiras da Turquia devem ser redirecionados pelo ACNUR para serem estabelecidos em um terceiro país seguro.

No entanto, com o aumento do número de sírios a cada dia atingindo as fronteiras turcas, e estes ficando cada vez mais tempo em seu território, não havia como o ACNUR redirecionar tantas pessoas. Como resultado, desde 2011, mesmo os sírios continuando a ser "SPT", o governo turco, através de um regulamento datado de outubro de 2014, autorizou o fornecimento, através de cartão de residência, de acesso a certos direitos e serviços sociais no país, como saúde, educação, assistência social, assistência linguística, entrada no mercado de trabalho e serviços jurídicos. Isso faz com que os refugiados sírios sejam uma exceção à lei turca. No entanto, não lhes

concede outros direitos, como previdência social e naturalização, ou serviços como assistência financeira e moradia.

O status "SPT" concedido aos refugiados sírios é regulado pela Lei de Proteção Internacional a Estrangeiros (LPIE), que foi aprovada em 2013. Sua aplicação foi detalhada por uma Diretiva de Regulamentação sobre Proteção Temporária, em 2014. A legislação e a subsequente diretiva estipulam claramente que o estatuto de proteção temporária prevê uma residência temporária indefinida para os sírios que fogem da guerra civil, sem uma promessa de longo prazo de residência ou direitos de cidadania ou mesmo a possibilidade de reivindicar o estatuto de refugiado. (KUTLU, 2015).

Assim, o status sírio no país não é apoiado pelo direito internacional, mas por uma ordem executiva interna, que permite que o atual status legal dos refugiados sírios na Turquia seja indefinido e discricionário. A proteção do "SPT" pode ser suspensa a qualquer momento por um decreto, especialmente agora que o país está sob um estado de emergência contínuo. Isso criou grande incerteza e insegurança para os refugiados sírios que vivem na Turquia.

Quando entram na Turquia e se registram, os sírios recebem um documento de identificação, mas isso não é igual ou equivalente a uma permissão de residência. O regulamento diz:

"[não] concederá o direito de transição para uma autorização de residência de longo prazo, sua duração não será levada em consideração no cálculo do prazo total de duração do título de residência e não dará ao seu titular o direito de solicitar a nacionalidade turca."

Mesmo recebendo refugiados há oito anos, a Turquia ainda não estabeleceu nenhum regulamento adicional para os sírios no país. Nem a Europa, com o firmamento do acordo com a Turquia, buscou efetuar essa mudança. É importante notar que, atualmente, tanto a Turquia quanto a UE são responsáveis por proporcionar uma passagem segura para os refugiados e planos legais e humanos para a integração social e econômica, bem como para o reassentamento de sírios no país.

Além disso, a falta de direitos trabalhistas claramente definidos sob o regime de proteção temporária é uma das mais importantes fontes de precariedade para os refugiados sírios, pois muitos deles trabalham ilegalmente, o que os torna vulneráveis a abusos e exploração. Enquanto o regulamento de proteção temporária estipula que os refugiados sírios têm direito a receber autorização de emprego em locais e setores

específicos, apenas um número muito limitado de autorizações de trabalho foi emitido, indicando que o acesso ao emprego ainda é muito restrito.

### **3.3 - ACORDO UE-TURQUIA POSTO EM PRÁTICA**

Com a entrada em vigor do acordo, houve consequências positivas e negativas para os dois países e para os cidadãos envolvidos. Uma dessas consequências foi a questão geográfica. Após a entrada em vigor do acordo, os refugiados que chegam a certas ilhas ficam restritos a elas, ou seja, ao chegar, o refugiado deve permanecer na ilha até ao seu registro completo e conclusão dos procedimentos de asilo. Isso resultou em um grande número de refugiados sem estrutura nas ilhas, com procedimentos lentos e constantes que chegam às pessoas, o que significa que não há abrigo para todas as pessoas que chegam nessas ilhas, e muitos acabaram tendo que se abrigar em contêineres ou tendas.

A recepção dessas pessoas nas ilhas gerou desespero, já que a estrutura e os abrigos eram insuficientes para o número de pessoas que chegavam. Até os contêineres e barracas estavam lotados. Isso inclui pessoas vulneráveis, como crianças, idosos, doentes e pessoas com deficiências, e essas condições podem levar a doenças ou até a morte. A ilha de Moria foi relatada como o ponto de entrada mais concorrido entre as ilhas gregas do mar Egeu, abrigando quase o dobro de sua capacidade.

As ONG e outros atores protestam e procuram soluções para as condições resultantes do acordo UE-Turquia. As condições de vida são contrárias aos direitos humanos dessas pessoas, especialmente da liberdade, uma vez que elas podem se mover dentro das ilhas, mas são incapazes de deixá-las. Desde o início do acordo, apenas 1.564 sírios foram enviados da Grécia para a Turquia, de 2016 a 2018, demonstrando a lentidão dos procedimentos de devolução. Em troca, 12.489 sírios da Turquia foram reassentados em países da UE. A Alemanha recebeu 4.313, os Países Baixos 2.608, a França 1.401 e a Finlândia 1.002 refugiados sírios. Os estados-membros da UE, Hungria, Polônia, República Tcheca, Bulgária e Dinamarca não aceitaram nenhum refugiado.

Além da falta de higiene e estrutura, a violência tornou-se uma constante nesses locais. Violências psicológicas, físicas e sexuais foram relatadas. Karakoulaki (2018) entrevistou pessoas no local, e um médico da Médicos Sem Fronteiras (MSF)

testemunhou sobre as condições dos campos. Ela afirma que tratou várias pessoas, incluindo um bebê de seis meses, que sofreu com um ataque inflamatório de gás e pânico. Para ela, o pior ainda é o efeito sobre a saúde mental das pessoas que estão lá: o MSF caracterizou as condições nas ilhas gregas como uma emergência de saúde mental.

Segundo o MSF, um dos fatores agravantes da questão da saúde mental dos refugiados é o trauma de ter que deixar suas casas e sua vida para trás, e quando eles chegaram na Grécia, onde eles pensavam que seria o ponto final da viagem e onde eles iriam retomar suas vidas, receberam a notícia de que seriam removidos daquele lugar, enfrentando mais uma viagem, agora para a Turquia, onde poderiam se estabelecer. Uma dificuldade adicional é o processamento lento de dados e registros na Grécia, o que só piora ainda mais a situação, e deteriora a saúde mental dessas pessoas cada vez mais, levando alguns ao desespero (KARAKOULAKI, 2018).

Além de todo o caos causado pela questão do registro e transferência de refugiados entre a Grécia e a Turquia, Karakoulaki (2018) acredita que o acordo fracassou quando acreditou que acabaria com o contrabando. Esta prática que se limitou às rotas do Mediterrâneo e do Mar Egeu, bem como atravessar a fronteira terrestre entre a Turquia e a Grécia pelo rio Evros, continua em outros pontos e, muitas vezes, ainda mais perigosa. Até os dias atuais ainda é relatada a entrada clandestina de pessoas na Europa, tentando chegar via rio ou mar, bem como corpos ainda são encontrados abandonados no meio do nada em partes prováveis das rotas.

É importante salientar que o tratado UE-Turquia não pode ser caracterizado como um sucesso nem como um fracasso total. Sobre a questão dos direitos humanos, especialmente o respeito pela vida e pelos seres humanos, é notável que o tratado não tenha cumprido seu papel e possa até ser caracterizado como um desastre humanitário a esse respeito. No entanto, ao analisar estatisticamente, o sucesso é notável quando se fala de números. A Europa conseguiu fortalecer, fechar e securitizar ainda mais suas fronteiras. O ponto do tratado para o retorno dos refugiados que chegam à Grécia pela a Turquia tem funcionado, e o número de refugiados registrados cresceu na Turquia e na Europa como um todo.

Hoje, 3 anos após sua assinatura, o tratado ainda gera controvérsias. No ano passado, na Conferência de Bruxelas II, em 24 e 25 de abril de 2018, foi elaborado o documento "Assistência aos refugiados sírios na Turquia". Foi elaborado pela União Europeia em estreita coordenação com o governo turco e as Nações Unidas. Este

documento visa reafirmar a ajuda ao governo da Turquia para lidar com os refugiados e reconhece que o país fez um bom trabalho apoiando os refugiados e integrando-os nos serviços nacionais, incluindo saúde, educação, emprego e outros serviços municipais e sociais.

É importante notar que mesmo os resultados tenham sido notavelmente bons, burocraticamente a situação já foi complicada. Enquanto os refugiados sírios procuravam países seguros onde eles e suas famílias poderiam viver, a relação entre a Turquia e a União Europeia tem sido o principal fator determinante da concessão de asilo ou não. A especialista em política de asilo, Dra. Basak Yavcan (2018), diz que muito dinheiro foi gasto nos altos custos administrativos das organizações internacionais da sociedade civil. Por essa razão, menos dinheiro chegou aos refugiados, explica ela (YAVCAN, 2018).

Nos termos do acordo, foi prometido à Turquia € 6 bilhões em ajuda financeira, a ser usada pelo governo turco para financiar projetos para refugiados sírios. Segundo a Comissão da UE, 3 bilhões de euros já entraram na Turquia para cobrir os custos de educação de meio milhão de crianças sírias. O governo turco, por outro lado, declarou que até agora recebeu € 1,85 bilhão da UE. A assistência financeira do fundo da UE chega à Turquia através de projetos. A ajuda não é entregue aos cofres do governo.

Os resultados relativos ao número de refugiados que entram ilegalmente na Europa em todo o Mar Egeu foram animadores. Desde 2016, o número caiu drasticamente e, embora não seja tão baixo quanto era antes da crise começar em 2015, é um resultado positivo. Além disso, o número de refugiados que vieram para a Grécia via Turquia caiu 97% em comparação com o período anterior ao acordo.

De acordo com Katsiaticas (2017), "os esforços do Estado para reduzir a migração tiveram resultados mistos no alcance de seus objetivos declarados". Ela defende que deve haver um foco mais forte nos direitos dos migrantes, uma vez que eles são constantemente negados durante sua jornada. Grupos de defesa dos direitos humanos criticaram a reação dos Estados europeus, uma vez que a fronteira contínua com a Europa dificulta que um solicitante de asilo chegue ao continente e solicite proteção internacional.

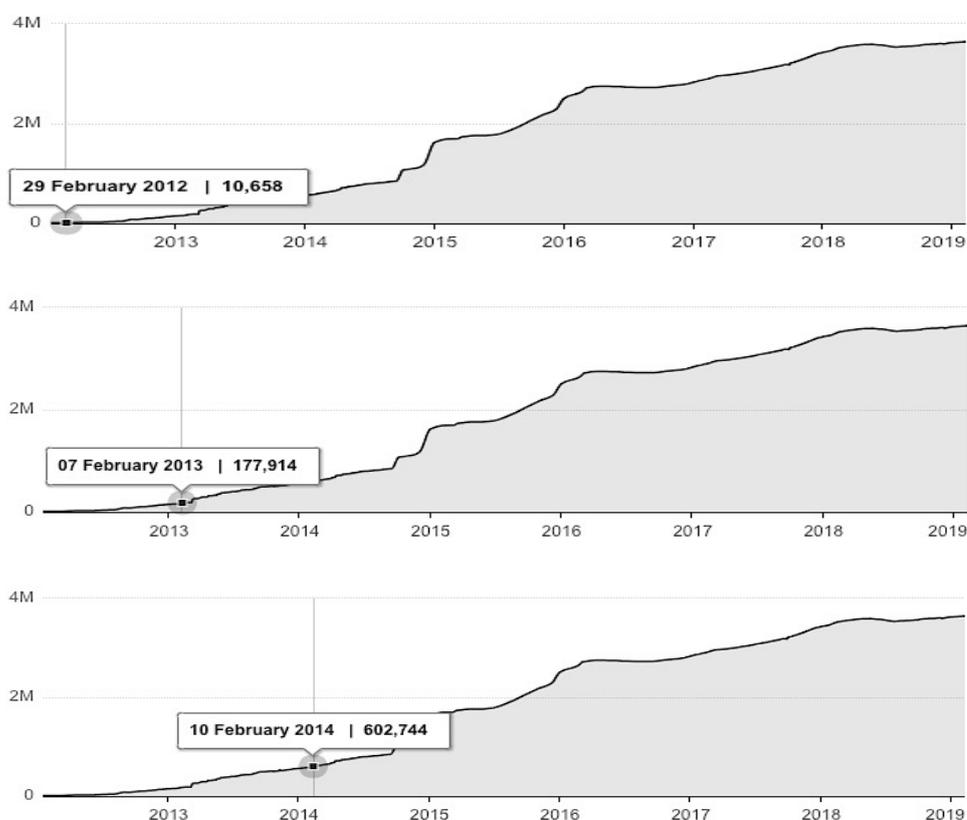
#### 4 – POR DENTRO DAS FRONTEIRAS DA TURQUIA

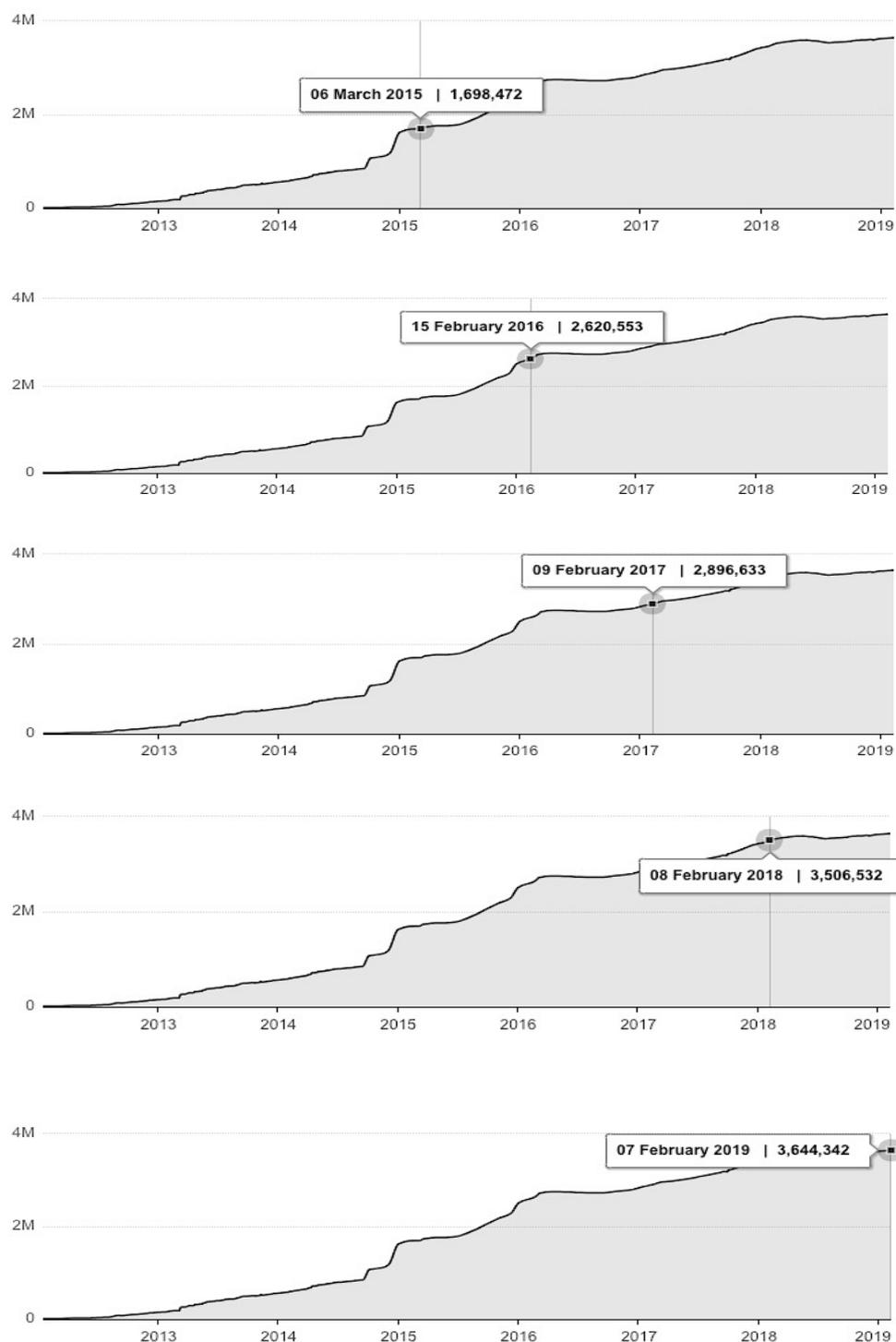
Com a Guerra Civil Síria, enormes contingentes de pessoas foram forçados a deixar suas casas e país em busca de sobrevivência e uma vida longe dos conflitos. Muitos deles frequentaram o ensino superior e eram profissionais de sucesso em seu país, e foram forçados a deixar tudo para trás.

A Turquia é de longe o país que mais recebeu refugiados da guerra civil, tendo um número de sírios em seu território que aumenta ano a ano. De acordo com dados fornecidos pelo Governo da Turquia ao ACNUR, de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2019, o número de refugiados aumentou de 10.658 para 3.644.342 sírios na Turquia, como pode ser visto nas representações gráficas a seguir.

A seguir, será feita uma análise focando no aspecto de evolução quantitativa de refugiados sírios na Turquia, informação fornecida pelos gráficos a seguir:

Refugiados sírios registrados por data



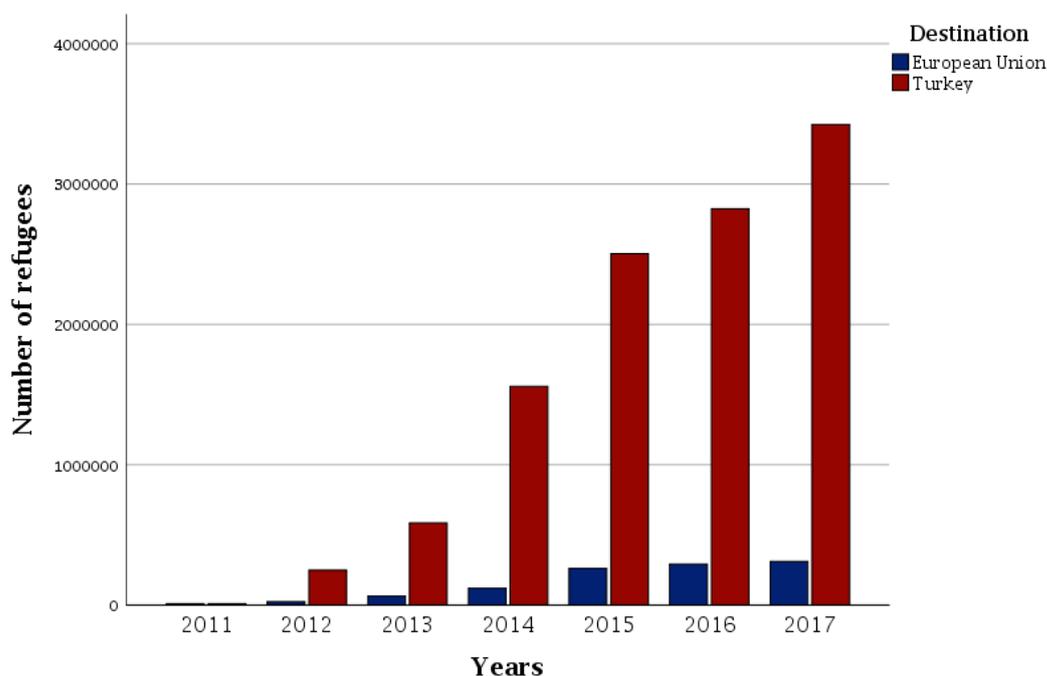


Fonte: Governo da Turquia para o ACNUR

Os gráficos utilizados incluem também pessoas que buscam asilo na análise, quais são os migrantes que provaram às autoridades que estão sendo perseguidos e podem ser feridos ou mesmo mortos se retornarem ao seu país de origem, conforme dados fornecidos pelo ACNUR nas Estatísticas Populacionais. O banco de dados

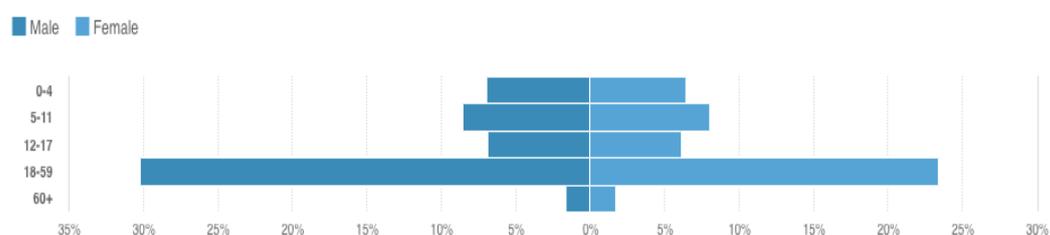
mostra números impressionantes, especialmente quando comparado ao número de refugiados sírios recebidos pela União Europeia nos mesmos anos. A estabilização da quantidade de pessoas que entraram na Europa a partir do ano de 2015 é perceptível, precisamente quando a crise dos refugiados foi desencadeada e quando o acordo foi alcançado entre a União Europeia e a Turquia. Enquanto isso, a Turquia continua mostrando um aumento exponencial nos números ao longo dos anos. Este gráfico mostra o número de refugiados recebidos pelos países componentes da União Europeia (a azul) em comparação com os refugiados recebidos apenas pela Turquia (a vermelha) entre o ano de 2011 e o ano de 2017.

Sírios como Refugiados e Requerentes de Asilo status: União Europeia X Turquia.



Fonte: elaboração própria com dados do banco de dados de estatísticas da população do ACNUR.

População síria vivendo na Turquia



Fonte: Governo da Turquia para o ACNUR

Segundo dados do governo turco fornecidos à Comissão de Direitos Humanos da ONU, UNHRC, em março de 2019, havia 3.642.738 pessoas vulneráveis vivendo na Turquia. Destes, 54,2% são homens e 45,8% são mulheres. O maior contingente de refugiados recebidos está na faixa de 18 a 59 anos, 30,2% para homens e 23,3% para mulheres.

#### **4.1 - O IMPACTO DOS REFUGIADOS NA POLÍTICA EXTERNA TURCA**

É notável que desde o início do conflito na Síria, a política interna e externa na Turquia foi redesenhada. Tradicionalmente, a Turquia tem sido um país de emigração com grande número de cidadãos migrando para a Europa Ocidental, particularmente para a Alemanha, desde a década de 1960. Depois da década de 1980, no entanto, tornou-se um país de imigração.

O conflito contribuiu para o aumento da capacitação da Turquia através de seus esforços de resposta humanitária. Recebendo um número sem precedentes de refugiados sírios, a Turquia pregou uma política de portas abertas e foi forçada a adotar uma linha de política externa que não fosse apenas estratégica e voltada para a segurança, mas também de natureza fortemente humanitária. Mesmo cercado o Iraque e a Síria, pontos focais do conflito, a Turquia continua voltando sua atenção para aliviar a carga humanitária da questão. Portanto, a política externa turca no meio do conflito priorizou a provisão de ajuda humanitária às pessoas necessitadas.

No início do conflito, imaginando que o conflito terminaria em breve, e quando o número de pessoas que entravam no país ainda não era tão grande, a resposta inicial do país foi um plano de emergência de curto prazo para fornecer comida e abrigo aos refugiados, recusando até mesmo ajuda externa, pagando por si mesma. À medida que o conflito se agravava, havia a necessidade de estender esse plano a longo prazo, dada a continuidade do conflito por vários anos. A ajuda externa foi então aceita e a Turquia tornou-se um ponto de apoio até mesmo para organizações e instituições internacionais que procuravam ajudar a questão de várias maneiras. O país tornou-se um dos principais países doadores nos últimos anos e sua ajuda humanitária como porcentagem do PIB é uma das maiores do mundo atualmente.

Desde que o regime sírio não permitiu que a assistência internacional entrasse no país até que o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução em fevereiro de 2014, em que a Turquia desenvolveria um sistema para ajudar os refugiados na fronteira antes de chegar à Turquia. A política de não devolução, de acordo com o governo, é respeitada e a política de portas abertas continua em vigor no país. De qualquer forma, mesmo após o acordo com a União Europeia, é particularmente difícil manter a situação dos refugiados, suprindo em grande parte as necessidades, mesmo com a ajuda que até mesmo a população local tem fornecido. Muitas ONGs foram ao local, mas apenas para coletar e analisar dados, sem prestar assistência e fazer uma diferença real para os refugiados, gerando insatisfação entre os refugiados e os nacionais do país. Agências da ONU apoiam a resposta do governo à crise da Síria através de um Plano Regional de Refugiados e Resiliência (3RP), co-liderado pelo ACNUR e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Entre as organizações que trabalham na área, o ACNUR ainda é o que mais ajuda e mobiliza esforços. A Agência Turca de Resposta a Desastres (AFAD) tem sido a principal agência na gestão dos campos e na coordenação dos esforços do governo para responder ao influxo de refugiados. Juntos, AFAD, UNHCR e UNICEF, estão unindo forças para ajudar e fornecer apoio em educação e saúde.

Muito progresso já foi feito nesta questão, e todo esse avanço na política externa turca poderia ajudar o país em questões futuras na região e ao redor do mundo. De qualquer forma, essa ajuda ainda não é suficiente, já que não pode preencher completamente as deficiências das pessoas que estão lá. Mas com essa experiência, a Turquia também será capaz de fornecer conhecimentos especializados e know-how para crises em outras partes do mundo, o que será um trunfo para a política externa turca. A consequência pouco intencional do conflito sírio para a Turquia tem sido o impulso para institucionalizar sua resposta humanitária e reformar suas estruturas burocráticas de forma a fortalecer a capacidade do país de enfrentar os desafios da política externa no futuro.

#### **4.2 - POPULAÇÕES VULNERÁVEIS**

Em termos políticos, sociais e econômicos, a Turquia é o país mais afetado pela crise síria. Os refugiados que entram no país enfrentam muitos desafios, tais como: falta de acesso à informação, falta de conhecimentos linguísticos, dificuldades

de registo, falta de acesso à saúde e educação, habitação precária e tensões ocasionais entre comunidades de acolhimento e refugiados. (ACNUR e ASAM, 2017; 3RP, 2018).

A pobreza prevalece entre os refugiados sírios que vivem na Turquia, devido à falta de acesso a uma renda regular e ao alto custo de vida (FAO, 2017; BELLAMY et al, 2017). As avaliações em 2017 constataram que quase 67% dos refugiados sírios vivem abaixo da linha da pobreza e muitos estão em abrigos com instalações insuficientes de água, saneamento e higiene e proteção inadequada contra mau tempo (UNICEF, 2018; IOM, 2017).

Destes refugiados, 18,4% vivem abaixo da linha da extrema pobreza e não podem arcar com suas necessidades básicas, como alimentação e higiene. Essa falta de recursos leva muitas famílias a se alimentarem com menos e menos alimentos de qualidade, vivendo em moradias precárias e cada vez menos acesso à educação e serviços de saúde, o que afeta principalmente o bem-estar de crianças, mulheres, idosos com necessidades especiais. (FAO, 2017; 3RP, 2018).

Segundo os dados do UNICEF de março de 2018, havia 1.6 milhões de crianças sírias refugiadas na Turquia, com 778.819 meninas menores de 18 anos, e 234.892 meninas menores de 5. Essas são as classes mais vulneráveis que, devido à pobreza e às condições miseráveis que enfrentam e a busca para satisfazer suas necessidades básicas, é comum que as crianças sejam colocadas no mercado de trabalho ou que as meninas sejam envolvidas em casamentos ou exploração sexual (ACNUR e ASAM, 2017) ao invés de direcionar seus filhos à escola.

A exploração sexual, no entanto, não acontece apenas com crianças. O abuso sexual tem sido frequentemente relatado em abrigos e campos de refugiados, as mulheres muitas vezes sendo exploradas em troca de abrigo ou comida, ou mesmo por funcionários que abusam de sua autoridade. É notável que a lei turca ainda não consiga impedir abusos contra populações vulneráveis que entram em seu território.

O Plano Regional de Refugiados e Resiliência (3RP) para 2018-2019 reconhece a importância de direcionar e atender às necessidades de sírios particularmente vulneráveis e carentes sob proteção temporária e comunidades anfitriãs nos vários setores (3RP, 2018).

O programa da Rede de Previdência Social de Emergência (ESSN), construído a partir de esquemas nacionais de assistência social existentes, ajuda a atender necessidades essenciais, como alimentação, aluguel e serviços públicos, e é o maior

programa humanitário do mundo. O Programa do Crescente Vermelho Turco foi lançado no final de 2016 e tem o objetivo de dar assistência aos refugiados mais vulneráveis. Para além do ESN, a ONU e os parceiros não governamentais prestaram apoio adicional às necessidades básicas com a coordenação e facilitação das autoridades turcas relevantes. Este programa, embora não seja suficiente para fornecer os recursos necessários para todos os refugiados, forneceu kits de higiene, ajudou os refugiados a encontrar melhores abrigos, melhorou os serviços municipais e outros municípios na gestão de resíduos e águas residuais.

### **4.3 - ACEITAÇÃO POR NACIONAIS TURCOS**

A sociedade civil turca que vive na fronteira com a Síria desde o início da crise demonstrou um alto nível de envolvimento e mobilização para ajudar os refugiados com alimentos, roupas ou outras formas de assistência. Algumas ONGs locais aumentaram seu escopo e suas operações para tentar responder às necessidades dos refugiados o mais rápido possível.

No entanto, muitos cidadãos turcos expressam sentimentos negativos sobre os refugiados e suas políticas de integração na sociedade turca. A pesquisa HUGO realizada em 2014 e a Pesquisa de Percepção Turca conduzida pelo GMF em 2015 afirmam que uma grande maioria da sociedade turca se sente sobre os impactos negativos dos refugiados sírios sobre a sociedade turca e sua economia (ERDOGAN, 2014; GMF, 2015). As comunidades turcas se queixaram dos impactos negativos desse fluxo de pessoas, levando muitos a perderem seus empregos, os salários caíram e o valor do aluguel aumentou à medida que a oferta de mão-de-obra e locatários aumentou.

Impactos também são sentidos nos serviços municipais. Cerca de 60-70% dos inquiridos pensam que os refugiados devem ser convidados a regressar para suas casas. Apenas 10% apoiam a proposta de que seja oferecido aos refugiados status oficial ou cidadania turca. Particularmente nas cidades do sul e do sudeste, existe uma percepção entre o público em geral de que eles têm menos acesso aos serviços de saúde porque os refugiados sobrecarregam o sistema.

### **4.4 - CONDIÇÕES DE VIDA PARA MULHERES E MENINAS**

Várias entrevistas foram conduzidas na Turquia com o objetivo de relatar as condições de mulheres e meninas em campos de refugiados e durante sua integração na sociedade turca. Várias mulheres entrevistadas por Bellamy et al (2017) em Istambul relataram que tinham mais liberdade do que na Síria ou nos campos de refugiados.

Redes de apoio foram estabelecidas entre as mulheres sírias para ajudar no empoderamento dessas mulheres, que em muitos casos agora assumiram o papel de dona de casa, um papel que está alinhado com os costumes sírios. Essas redes de apoio visam beneficiar a si e a suas comunidades. As mulheres sírias envolvidas no Comitê de Mulheres do Futuro também observam que estão assumindo novos papéis de gênero e participando da vida pública, o que pode ser um desafio para a cultura síria (UNHCR e ASAM, 2017). Algumas das necessidades das mulheres refugiadas vulneráveis são atendidas por programas de transferência de renda, como o programa Rede de Previdência Social de Emergência, que ajudou a reduzir as taxas de pobreza e o uso de mecanismos negativos de enfrentamento.

A pesquisa do IOM (2017) constatou que 65% das famílias de refugiados estavam hospedadas em casas parcialmente danificadas, em regiões marginalizadas. Desta forma, a violência se torna suscetível. Abrigos inadequados geraram muitos problemas de saúde em mulheres e crianças, tais como sofrimento emocional e ansiedade (ANDERSON et al, 2013).

A Lei da Turquia sobre Proteção da Família e Prevenção da Violência protege mulheres sírias em risco de violência doméstica (ECRE, 2017), mas as mulheres sírias relatam continuamente as mais variadas formas de violência, incluindo casamentos forçados, assédio, violência doméstica e abuso sexual por proprietários que exploram mulheres e crianças sírias em troca de alojamento (HERWIG, 2017; HEALY, 2015; CTDC, 2015).

Vários casamentos, monogâmicos e poligâmicos, também foram relatados por homens turcos com mulheres sírias ou com meninas menores de idade. Casamentos polígamos não são legalizados na Turquia, e por causa disso, as mulheres não recebem os mesmos direitos de custódia e apoio financeiro que receberiam em um casamento legalizado. Pode-se dizer também que esta é uma forma encontrada pelos homens para legitimar a exploração sexual e pode ser incluída como parte da indústria do sexo.

A exploração sexual ocorre não só com mulheres, mas também com crianças. Em 2014, 14% das meninas sírias na Turquia com idades entre 15 e 18 anos eram casadas, mas o número exato de casamentos de crianças é desconhecido, dada a ilegalidade da situação. Esses casamentos também são ilegais, já que a idade mínima para o casamento na Turquia é de 17 anos. Tais casamentos causam danos físicos e mentais às crianças e são frequentemente explorados por toda a família. Para as famílias em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, esses casamentos aparecem como uma alternativa de sobrevivência, por causa do dinheiro que os homens oferecem em troca do casamento. O UNICEF trabalhou em estreita colaboração com a Direção Geral de Gestão de Migração (DGMM) para finalizar padrões mínimos para fortalecer a proteção de crianças refugiadas (UNICEF, 2018).

#### **4.5 - SÍRIOS QUE TRABALHAM NA TURQUIA**

Depois de fugir da guerra ou da perseguição, a oportunidade de trabalhar e ganhar a vida é uma das maneiras mais eficazes de as pessoas reconstruírem suas vidas com dignidade e paz. Segundo a especialista em políticas de asilo, Dra. Basak Yavcan, quando chegam à Turquia, o mais importante para os sírios é que aprendam a língua local para que não se isolem e encontrem emprego.

Embora os sírios não adquiram a classificação de refugiados quando entram no território turco, em janeiro de 2016, o governo turco adotou uma nova lei que permite aos refugiados sírios sob proteção temporária que estão na Turquia há mais de seis meses para solicitar uma autorização de trabalho.

Em primeiro lugar, os requerentes da autorização de trabalho devem registrar-se para proteção temporária e, uma vez registados, recebem os cartões de identificação. Há um período de espera de seis meses entre o recebimento do cartão de identificação de proteção temporária e a elegibilidade para solicitar uma autorização de trabalho. Ao ser emitida, a autorização de trabalho deve ser solicitada pelo empregador, antes de assinar o contrato com o empregado, e sob a lei, os sírios devem ser tratados em igualdade com os turcos. Em um local de trabalho, a quota máxima de refugiados a serem empregados não pode exceder 10% da sua força de trabalho total. Esta medida pretende fazer com que os turcos não sejam prejudicados pelo afluxo deste grande número de trabalhadores. Uma taxa anual de 558 liras turcas / € 135 por trabalhador deve ser paga para registro pelo empregador. As autorizações

de trabalho são válidas para a mesma cidade (ou em alguns casos província) onde o cartão de identificação foi emitido, portanto os refugiados devem trabalhar na cidade que registraram. Se eles encontrarem um emprego em outra cidade, eles devem se registrar novamente nessa cidade e pedir ao novo empregador que solicite uma permissão de trabalho em seu nome. (FUNDAÇÃO FAIR WEAR, 2017)

Desde a sua introdução e a partir de 31 de março de 2018, 19.925 autorizações de trabalho foram concedidas a sírios sob proteção temporária e 20.993 a sírios com autorização de residência. Neste período, 13.766 autorizações de trabalho foram concedidas a sírios que criaram seus próprios negócios. De acordo com o regulamento, os sírios sob proteção temporária têm o direito de beneficiar de formação profissional, participação em programas ativos de mercado de trabalho e serviços de consultoria fornecidos pela Agência de Emprego da Turquia (İŞKUR) para facilitar a sua integração no mercado de trabalho. (Helpdesk Relate refugiados sírios mulheres, meninas e pessoas com deficiência na Turquia; Brigitte Rohwerder; Instituto de Estudos de Desenvolvimento - 05 de julho de 2018).

Aqui trago dois exemplos sobre a integração dos sírios no mercado de trabalho turco. O primeiro, baseado no estudo da Fundação Fair Wear - FWF - "Orientação para Afiliados: Riscos relacionados às fábricas de vestuário da Turquia que empregam refugiados sírios em 2019", que expõe as condições de trabalho dos sírios na indústria de vestuário, e o segundo, pelo ACNUR, mostra a integração e as condições dos profissionais de saúde sírios.

Quanto à indústria do vestuário, ela emprega um grande número de sírios e, nessa indústria, a exploração é bastante comum. Desde 2015, o fluxo constante de relatórios e pesquisas expôs baixos salários, discriminação e trabalho infantil dos refugiados sírios que trabalham nessa indústria, inclusive em algumas fábricas que produzem bens para marcas europeias. O estudo entrou em contato com várias marcas reconhecidas internacionalmente que possuem fábricas na Turquia, e ficou evidente que um grande grupo de marcas está tomando medidas para garantir que os trabalhadores refugiados não sejam explorados. No entanto, ainda há um grupo grande de retardatários que não adaptaram suas políticas ou práticas para abordar a complexidade e o nível de risco na Turquia.

Marcas líderes relataram que aumentaram e fortaleceram sua auditoria de fornecedores na Turquia. A maioria dessas marcas também relatou um aumento no número de trabalhadores refugiados identificados em suas cadeias de fornecimento, o

primeiro passo crucial para acabar com o abuso. A subcontratação não declarada é um problema persistente para marcas originárias da Turquia, o que ameaça a sua capacidade de identificar trabalhadores potencialmente vulneráveis. Até o final de 2016 (o primeiro ano em que as autorizações de trabalho foram emitidas), 13.298 autorizações de trabalho foram concedidas a refugiados sírios. Dados não oficiais afirmam que mais de 9.000 autorizações foram emitidas em meados de 2017, o que aumenta o número total para mais de 20.600. Embora o processo consuma tempo e seja bastante burocrático, nem todos os empregadores estão dispostos a fazê-lo. Estima-se que apenas a indústria do vestuário emprega mais de 1 milhão de trabalhadores formais e 1 milhão de trabalhadores informais na Turquia, incluindo centenas de milhares de refugiados.

Trabalhadores sem permissão muitas vezes encontram trabalho ad-hoc ou diário, incluindo fábricas de nível inferior que as empregarão de acordo com a demanda. Essas fábricas muitas vezes não têm um relacionamento direto com as marcas para as quais estão produzindo, e podem não estar sujeitas a muitas auditorias sociais e trabalhistas, para que possam mais facilmente ocultar funcionários irregulares. Esses trabalhadores informais enfrentam uma variedade de riscos, como más condições de trabalho, salários mais baixos do que o salário mínimo, jornada de trabalho prolongada, e geralmente recebem turnos à noite e aos finais de semana. Alguns empregadores preferem empregar crianças refugiadas em vez de adultos porque elas são percebidas como capazes de aprender o emprego e a língua rapidamente, e têm menor probabilidade de protestar contra as condições de trabalho. A pesquisa que identificou essas condições foi realizada em 2016 e, em 2018, descobriu que muitas outras marcas desenvolveram políticas e estratégias preventivas para facilitar o emprego formal de refugiados sírios e enfrentar os riscos de exploração em suas cadeias de fornecimento na Turquia (YAVCAN, 2018).

No que diz respeito à inserção de profissionais de saúde sírios no mercado de trabalho turco, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou programas como as Operações de Proteção Civil e Ajuda Humanitária e o Serviço de População, Refugiados e Migração. Em julho de 2017, a OMS já havia recebido cerca de 12,5 milhões de dólares de doadores para ajudar os refugiados sírios na Turquia desde o início da crise.

Com isso, a equipe de saúde síria está sendo contratada para trabalhar em unidades de saúde que atendem refugiados. De maio a julho de 2017, a Turquia

empregou 420 profissionais de saúde sírios depois de concluírem um programa conjunto de treinamento da OMS - Ministério da Saúde turco. Trazer pessoal de saúde qualificado da Síria para a força de trabalho da Turquia foi identificado como a melhor prática na área de saúde de refugiados. Através do programa da OMS, os médicos e enfermeiros sírios tornam-se qualificados para trabalhar dentro do sistema de saúde turco. Eles levam uma semana de trabalho em sala de aula e seis semanas de treinamento prático em clínicas de refugiados. Quatro grupos foram treinados em 2017, entregando mais de 1.000 médicos, quase 1.000 enfermeiros e 322 tradutores plenamente capazes de ingressar no mercado de trabalho turco. A OMS também realizou um curso de treinamento especializado e de longo prazo para os profissionais de saúde sírios para ensiná-los a descontaminar e tratar pacientes que sofrem de exposição a produtos químicos.

A discriminação é, em qualquer caso, um fator muito presente na realidade dos sírios que são capazes de entrar no mercado de trabalho na Turquia. Mulheres, crianças e sírios em geral sofrem discriminação no local de trabalho, ganhando salários mais baixos do que os empregados turcos nas mesmas funções. A falta de treinamento, a falta de informação sobre seus direitos e deveres e o fato de muitos não falarem a língua prejudica a inserção dos refugiados no mercado. (FAO, 2017). Um estudo recente feito por acadêmicos da Universidade de Istambul (ERTAN et al, 2017) descobriu que um típico trabalhador têxtil de Istambul ganha cerca de 1.000-1.100 Liras Turcas (TL) por mês, e uma mulher de 700 TL por mês, enquanto o salário mínimo é 1,404.

#### **4.6 - EDUCAÇÃO**

Em tempos de deslocamento, a educação é crucial. Pode promover a coesão social, fornecer acesso a informações que salvam vidas, atender às necessidades psicossociais e oferecer um ambiente estável e seguro para aqueles que mais precisam. Também ajuda as pessoas a reconstruir suas comunidades e a buscar vidas produtivas e significativas (ACNUR, 2018).

De acordo com o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, todos têm o direito à educação. O escopo deste direito é elaborado no artigo 13 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ICESCR) de 1966. Este artigo diz que “o ensino primário será obrigatório e estará

disponível gratuitamente para todos”; “O ensino médio deve ser disponibilizado de maneira geral e acessível a todos por todos os meios apropriados e, em particular, pela introdução progressiva da educação gratuita”; e “o ensino superior deve ser igualmente acessível a todos, com base na capacidade”.

A Convenção contra a Discriminação na Educação protege complementarmente o mesmo acesso dos não-nacionais à educação que os nacionais (WEISSBRODT E DIVINE, 2012: 174). O Artigo 30 da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (1990) dispõe que as crianças de migrantes regulares e irregulares têm o mesmo direito básico à educação que os nacionais e enfatiza que o acesso às escolas “Não poderá ser recusado ou limitado em virtude da situação irregular em relação à permanência ou emprego de um dos pais ou em razão da irregularidade da permanência da criança na escola.”

A situação da educação de refugiados varia de estado para estado (BHABHA, 2012). Segundo a lei turca, todas as crianças dentro das fronteiras do país têm o direito de acessar o ensino primário e secundário. É benéfico que as crianças que vivem em campos de refugiados tenham acesso à educação, e essas crianças podem ter acesso aos níveis de pré-escola, ensino fundamental e médio nos campos ou fora delas, realizando o currículo sírio em árabe.

Há mais de 1,1 milhão de refugiados sírios registrados em idade escolar (5 a 17 anos) na Turquia (CARLIER, 2018). Os números de março de 2018 mostram que há 299.326 meninas e 304.603 meninos matriculados na educação formal (UNICEF, 2018). Nas escolas primárias, a taxa de escolaridade foi semelhante para meninos e meninas sírios, mas na escola secundária, menos meninas estão frequentando (COSKUN et al, 2017).

As crianças têm três opções onde podem estudar: a primeira opção é as escolas nos campos operados pelo Ministério da Educação da Turquia e pela Presidência de Gestão de Desastres e Emergências (AFAD); a segunda opção para refugiados em idade escolar que têm autorização de residência é se matricular em escolas públicas do país; e a terceira opção, para aqueles que não têm autorização de residência, é que eles frequentem as aulas da escola pública como convidados, sem um registro oficial. O governo declarou que será necessário um esforço extra para fornecer apoio, orientação e assistência para levar essas crianças à educação formal, e uma das

maneiras de estimular a presença em sala de aula é o auxílio em dinheiro que é fornecido para famílias sem condições de enviar filhos para a escola.

Em março de 2018, 165.975 meninas refugiadas e 164.650 meninos refugiados estavam se beneficiando da transferência monetária condicional para educação (UNICEF, 2018). Os benefícios pagos são ligeiramente mais altos para as meninas do que para os meninos, para incentivar a frequência escolar (KIREMITCI, 2018; 3RP, 2018).

De acordo com o Documento da Conferência de Bruxelas II sobre "Assistência aos refugiados sírios na Turquia",

"Em março de 2018, mais de 600.000 crianças sírias em idade escolar estão matriculadas no ensino primário e secundário. As taxas de matrícula são mais altas para crianças em escolas primárias, mas diminuem para aquelas em escolas secundárias devido ao fato de que a escolaridade obrigatória é de nove anos. Síria. Além disso, a necessidade de apoiar a renda familiar leva a essa diminuição nas taxas de matrícula. Cerca de 40% das crianças em idade escolar síria sob proteção temporária permanecem fora da escola. "

De acordo com o Plano Regional de Refugiados e Resiliência (3RP), as matrículas no ensino superior e universidades aumentaram de 2016 para 2018, para cerca de 20.000, mas ainda representam uma taxa de matrícula de menos de 4% em comparação com as taxas de matrícula pré-guerra de 20% Na Síria. As mulheres e as pessoas com deficiência são especificamente encorajadas a candidatarem-se tanto a programas de bolsas de estudo como de ensino superior (3RP, 2018, p. 43). Em 2018, 660 estudantes do sexo feminino recebiam bolsas de estudo de nível superior (em comparação com 771 homens) (Coordenação Interagencial da Turquia, 2018).

Também foram concedidas bolsas de estudo integrais para estudar em universidades turcas com o apoio do ACNUR. Essas bolsas abrangem a duração total do estudo acadêmico, oferecem bolsas mensais para cobrir despesas de subsistência e oferecem atividades nas quais os estudantes podem se reunir e criar redes de apoio entre pares. A Turquia abriga o maior programa DAFI (programa mundial de bolsas de estudo do ACNUR), com mais de 800 bolsas concedidas desde o início do programa na Turquia em 2014.

Em uma pesquisa realizada por Coşkun et al (2017), foi identificado que muitos pais ainda relutam em mandar suas filhas para o ensino médio por causa de questões culturais sírias, além de não acreditar que o ambiente é seguro o suficiente. Outras barreiras à educação incluem linguagem, atraso na emissão do cartão de identificação de residência necessário para inscrição em escolas turcas, a falta de um Programa de Aprendizagem Acelerada oficialmente aprovado para ajudar as crianças a recuperar a escolaridade perdida, a falta de vagas nas escolas e a falta de edifícios escolares e professores em acampamentos, e também o bullying com crianças refugiadas. (CARLIER, 2018; ECRE, 2017).

Em relação à educação da língua turca, muitos refugiados aprenderam turco tirando proveito das aulas de idiomas dentro e fora dos campos, mas esse processo parece muito lento e não decolou, já que a maioria dos refugiados vive na Turquia há vários anos.

O ACNUR, em parceria com a Presidência para Turcos no Exterior e Comunidades Relacionadas (YTB), oferece aos alunos que concluíram o ensino médio a oportunidade de participar de programas intensivos de língua turca ministrados por institutos especializados em ensino de idiomas ligados a universidades que permitirão aos alunos pouco ou nenhum conhecimento de turco para atingir o nível de proficiência necessário para admissão em programas universitários. Em 2018, mais de 4000 alunos foram beneficiados por esses programas. (ACNUR, 2018)

#### **4.7 - SAÚDE**

Quando se trata de serviços de saúde, todos os refugiados registrados na Turquia têm direito a receber serviços de saúde gratuitos nas cidades em que estão registrados. Suas localidades são designadas em seus cartões de identificação de refugiados e só podem usá-lo para acessar serviços de saúde em sua área registrada. Os sírios não registrados recebem atendimento de emergência e serviços essenciais de saúde pública gratuitamente. Nas cidades fronteiriças, onde reside grande número de refugiados, há muita pressão sobre médicos e hospitais. Semelhante aos serviços de educação, o serviço público de saúde nas cidades fronteiriças está cada vez mais sobrecarregado como resultado do estouro desses refugiados.

Um problema significativo na prestação de serviços de saúde para refugiados está relacionado à barreira da língua. Embora os hospitais estejam aceitando todos os refugiados registrados para tratamento, a barreira do idioma se torna um problema em muitos lugares, já que muitas vezes não há tradutores suficientes. Em cidades como Şanlıurfa, onde o árabe e o curdo são mais falados, isso não é um grande problema, mas em outras cidades isso resulta em uma falta de comunicação entre médicos e pacientes.

Embora o governo ofereça atendimento gratuito aos refugiados, o número de hospitais e médicos não se expandiu proporcionalmente à demanda crescente. Como resultado, hospitais e clínicas em todas essas cidades lutam para responder ao crescente número de pacientes. Uma solução que pode ajudar os sírios é a integração dos profissionais de saúde entre os refugiados no mercado de trabalho do sistema de saúde. Além da facilidade linguística de se comunicar com os refugiados, eles reforçariam a mão de obra, ajudando a atender o grande número de pessoas necessitadas de assistência médica. Esses médicos são testados por seu conhecimento médico (já que muitas vezes são incapazes de fornecer documentação de suas credenciais) e trabalham em equipes com médicos turcos para fornecer serviços de saúde. No entanto, nas circunstâncias atuais, até mesmo recrutar médicos sírios pode ser um desafio, já que muitos já imigraram para a Europa. Os países ocidentais também foram rápidos em aceitar esses refugiados mais instruídos e fornecer-lhes as permissões de trabalho necessárias em seus países. Há uma necessidade urgente de garantir que pessoal qualificado, como médicos e enfermeiros, sirva nos hospitais turcos e permaneça na Turquia em vez de imigrar para a Europa, onde não há muita necessidade de profissionais de saúde sírios. (ACNUR, 2018)

De acordo com a Crise de Mobilidade e Refugiados de 2016 no Mediterrâneo, a UE concedeu uma subvenção de 300 milhões de euros ao Ministério da Saúde no âmbito da Facilidade para Refugiados na Turquia, com o objetivo de melhorar o estado de saúde da população síria sob proteção temporária e fornecer acesso a serviços de saúde primários e secundários para mais de 3 milhões de sírios.

De acordo com o Documento da Conferência Bruxelas II sobre Assistência aos Refugiados Sírios na Turquia, em 2017 foram realizadas 764.000 consultas de saúde em Centros de Saúde Migrantes (CSMs) ativos, 413.000 crianças refugiadas sírias com menos de 5 receberam vacinação de rotina, 10 centros comunitários de saúde mental foram estabelecidos para abordar as lacunas no apoio à saúde mental

Nos CMS ativos em 2017, 124.482 sírios receberam serviços de saúde sexual e de saúde reprodutiva (Assistência aos Refugiados Sírios na Turquia, 2018).

Especificamente em relação à saúde das mulheres, Samari (2017) considera que "há dados muito limitados sobre questões de saúde reprodutiva entre os refugiados sírios na Turquia". Algumas pesquisas indicaram que um terço das mulheres grávidas sírias estavam registradas com complicações e necessitavam de serviços de saúde reprodutiva, enquanto a morbidade entre crianças refugiadas sírias parecia ser maior em comparação com bebês turcos (SAMARI, 2017). Algumas mulheres refugiadas culpam essas complicações pelo estresse do deslocamento (ANDERSON et al, 2013).

## 5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscou-se fornecer uma avaliação dos padrões de migração forçada e trânsito dentro da Turquia como parte da crise migratória contemporânea. Começou expondo os padrões de migração para a Europa, com o esforço fundamental para mostrar as preferências de refúgio dos refugiados. Quanto a isso, concluiu-se que os refugiados procuram uma melhor qualidade de vida nos países de refúgio, e não apenas a sobrevivência. Os resultados mostraram que existe uma relação diretamente proporcional entre os bons índices de qualidade de vida e os serviços públicos nos países e o número de pedidos de refúgio. Além disso, foi constatado que grande número de refugiados ficou na Turquia pelo fato de não conseguirem adentrar na Europa, ou porque o Acordo entre União Europeia e Turquia já havia sido assinado, não permitindo a entrada de refugiados não registrados na Europa, principalmente Grécia e Itália, que foram as principais portas de entrada para o continente.

Em seguida, analisaram-se vários aspectos do acordo entre a União Europeia e a Turquia, mostrando não só os aspectos positivos e negativos, como também a evolução deste acordo ao longo dos anos. Com esta proposta, foram expostos os pontos fracassados do acordo, que ainda hoje, mesmo após dois anos de sua entrada em vigor, ainda prejudicam os sírios que deixaram seu país. Esse acordo foi benéfico para as duas partes que o assinaram, trazendo benefícios financeiros à Turquia e prometendo a facilitação de sua entrada na UE, e também para a União Europeia, que passaria a não receber mais grandes influxos descontrolados de refugiados. Com esse acordo, a União Europeia conseguiu uma prerrogativa para negar a entrada de refugiados nos países, devolvendo-os à Turquia.

Além disso, o trabalho ilustra a relação entre refugiados e residentes no país e as questões que a entrada dessas pessoas causou na sociedade local. É notável que boa parte da população turca não se agradou com o grande influxo de pessoas no país, principalmente em relação a questões econômicas. Salários mais baixos, alugueis mais caros e menos oferta de emprego por conta do maior contingente de pessoas nas cidades foram as principais questões que desagradaram os turcos.

O trabalho busca demonstrar que refugiados sírios saíram de seu país porque outros países podiam lhes oferecer uma melhor qualidade de vida. De forma geral, é possível afirmar que os refugiados sírios que foram para a Turquia vivem em

condições melhores do que viviam em seu país de origem, uma vez que se encontram longe de zonas de guerra e conflito, e em sua maioria receberam condições de vida provenientes seja do governo turco, seja advindas da União Europeia. Logo, a hipótese foi provada verdadeira.

Estudando o caso da Turquia, foi possível observar a inserção dos sírios no mercado de trabalho, a discriminação sofrida e os salários recebidos, bem como a forma como estão inseridos nesse mercado. É notável que a inserção de sírios mais bem instruídos no mercado de trabalho ocorreu e ocorre de forma mais tranquila, por conta da necessidade dos próprios sírios dos serviços que esses profissionais têm a oferecer. Porém, pessoas menos instruídas sentiram mais a mudança de país e as dificuldades em encontrar um emprego digno, uma vez que, chegando em um país estranho sem condições de se manter, aceitavam e aceitam propostas baixas e alternativas de trabalho como forma de ganhar dinheiro para se manterem.

Também foi possível observar os serviços de educação e saúde, que ainda não atendem plenamente a todos, mas, dadas as condições da Turquia, como um país em desenvolvimento, que já investiu pesadamente na inserção dessas pessoas na sociedade e continua investindo. Com a ajuda externa de outros países e ONGs, os esforços para promover a qualidade de vida dessas pessoas são notáveis. Na saúde, hospitais sendo feitos e contratando profissionais turcos reforçou o atendimento médico dos sírios, além de empregar profissionais de saúde sírios. Na educação, ainda há desafios a serem enfrentados, principalmente com relação ao contingente de crianças sírias ainda fora da escola, bem como a barreira linguística e o bullying sofrido por serem refugiados.

Finalmente, os resultados empíricos mostraram claramente a evolução da entrada e inserção de refugiados sírios na sociedade turca. Esta situação, fora do controle internacional, tem sido notavelmente complicada de administrar, mas é claro que os esforços tenham sido pelo menos em parte bem-sucedidos e, embora ainda existam obstáculos à plena inserção de refugiados sírios na sociedade turca, muito já foi feito e muitos sírios já se estabeleceram e começaram a construir uma nova vida longe das zonas de guerra.

## 6 - REFERÊNCIAS

AFAD Mulheres sírias na Turquia. AFAD 2014. Disponível em: [https://www.afad.gov.tr/upload/Node/17935/xfiles/afad-suriye-kdn\\_eng\\_1\\_.pdf](https://www.afad.gov.tr/upload/Node/17935/xfiles/afad-suriye-kdn_eng_1_.pdf)

AGIER, M. Refugiados enfrentam a nova ordem humanitária. Desigualdade Sociologia. SciELO. Novembro de 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702006000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200010).

ANDERSON, K .; HUGHES, H .; NORTHEY, M .; QABBANI, A .; SECKMAN, D .; SUBASI, M .; TREVITHICK, M. Rupture, Remembrance, Resiliency: O Impacto do Deslocamento nas Mulheres Sírias Refugiados na Turquia. SREO 2013. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/download/54513>

ASAF, Y. Mulheres Sírias e a Crise dos Refugiados: Sobrevivendo ao Conflito, Construindo a Paz e Assumindo Novos Papéis de Gênero. *ciências sociais*, 6: 3, 110. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci6030110>

ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS SÍRIOS NA TURQUIA. 2018. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/34146/turkey-partnership-paper.pdf>.

DIRETIVA DE PROCEDIMENTOS DE ASILO (APD). 2013. Dados da União Europeia. Disponível em: <https://www.asylumlawdatabase.eu/pt/content/pt-asylum-procedures-directive-directive-200585ec-1-december2005>

AVERY, M. A. Treinamento de habilidades para jovens. Revisão de Migração Forçada 20, Meios de subsistência sustentáveis: sementes de sucesso? Oxford, 2004. Disponível em: <http://www.fmreview.org/sustainable-livelihoods.html>.

AYGENC, Berfu; ORPEN, Cagla. Acordo de Refugiados UE-Turquia. A Turquia pode ser considerada um "país terceiro seguro"? 2018. Disponível em: <http://www.publicseminar.org/2018/04/the-eu-turkey-refugee-deal/>.

BELLAMY, C., HAYSOM, S., WAKE, C., BARBELET, V. As vidas e os meios de subsistência dos refugiados sírios - Um estudo das perspectivas dos refugiados e seu ambiente institucional na Turquia e na Jordânia. 2017. HPG, ODI. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11343.pdf>

BENNETT, A .; GEORGE, A. L .; Estudos de casos e desenvolvimento de teorias nas ciências sociais. BCSIA Studies in international Cambridge, Massachusetts, EUA, 2004. pp. 3 - 106.

BHABHA, J. Mulheres, crianças e outros grupos migrantes marginalizados. 2012. *Fundações do Direito Internacional das Migrações*. Ed. por B. Opekin, R. Perruchoud e J. RedpathCross. Cambridge University Press, Cambridge.

BOUCHET-SAULNIER, F. *Dictionnaire Pratique du droit humanitaire*. Paris: La Découverte, 2000. Disponível em: <http://extranet.editis.com/it-yonixweb/images/DEC/art/doc/4/47c0290d38a57533353131333133373232373037.pdf>. Acessado em 06/08/2016

BRIGGS, Asa. O Estado de Bem-Estar na Perspectiva Histórica 1961. *Arquivos Européennes de Sociologie*: 221–58. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.1017/S0003975600000412>.

CARLIER, W. A lacuna educacional crescente para crianças refugiadas sírias. *Direitos dos filhos*. 2018. Disponível em: [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Background%20Report%202018%20-%20The%20Widening%20Educational%20Gap%20for%20Syrian%20Refugee%20Children\\_0.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Background%20Report%202018%20-%20The%20Widening%20Educational%20Gap%20for%20Syrian%20Refugee%20Children_0.pdf)

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TRANSNACIONAL E COLABORAÇÃO. (CTDC). *Refugiados sírios na Turquia: análise de gênero*. 2015. Disponível em: <http://ctdc.org/analysis.pdf>

COSKUN, et al. *Derrubando barreiras - levando crianças sírias para escolas na Turquia*. 2017. SETA - Fundação para pesquisa política, econômica e social. Disponível em: [https://setav.org/en/assets/uploads/2017/09/R90\\_BreakingBarriers.pdf](https://setav.org/en/assets/uploads/2017/09/R90_BreakingBarriers.pdf)

REGULAMENTO DUBLIN. 1990. Disponível em: <https://www.unhcr.org/4a9d13d59.pdf>

DÜVELL, F. *Migração de trânsito: um conceito confuso e politizado*. 2010. *População, espaço e lugar*. Volume 18, Edição 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/psp.631>.

ERDOGAN, M. *Türkiye'deki Suriyeliler: Toplumsal Kabul ve Uyum*. Istanbul: Imprensa da Universidade de Bilgi. Comissão Europeia. 2014. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-16-829\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-829_en.htm)

ERTAN et.al. (2017) *Suriyeli Sığınmacıların Türkiye'de Emek Piyasasına Dahil Olma Süreçleri ve Etkileri: İstanbul Tekstil Classificação de viajantes do (a) Birleşik Metal İş Yayınları*, Haziran. 2017. Disponível em: [https://www.academia.edu/34930885/Suriyeli\\_G%C3%B6%C3%A7men\\_Eme%C4](https://www.academia.edu/34930885/Suriyeli_G%C3%B6%C3%A7men_Eme%C4)

9Fi\_%C4%B0stanbul\_Tekstil\_Sekt%C3%B6r%C3%BC\_Ara%C5%9Ft%C4%B1rmas % C4% B1

DECLARAÇÃO UE-TURQUIA Comunicado de imprensa, 18 de março de 2016. no. 144/16 Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2016/03/18-eu-turkey-statement/>

COMISSÃO EUROPEIA. Migração e Assuntos Internos. 2019. Disponível em: [https://ec.europa.eu/home-affairs/content/country-transit\\_en](https://ec.europa.eu/home-affairs/content/country-transit_en).

CONSELHO EUROPEU SOBRE REFUGIADOS E EXILOS (ECRE). Relatório do país: Turquia. O banco de dados de informações sobre asilo (AIDA). 2017. Disponível em: <http://www.asylumineurope.org/reports/country/turkey>

FUNDAÇÃO DE DESGASTE JUSTO (FWF). Orientação sobre riscos relacionados com fábricas de vestuário turcas que empregam refugiados sírios. 2017. Disponível em: <https://www.fairwear.org/resource/fwf-guidance-risks-turkish-garment-factories-syrian-refugees-jan-2017/>

ORGANIZAÇÃO ALIMENTAR E AGRÍCOLA DAS NAÇÕES UNIDAS (FAO). TURQUIA - Plano de Resiliência de Refugiado Sírio 2018-2019. FAO 2017. Disponível em: [http://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/emergencies/docs/Fao-syrian-refugee-plan2018-19.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/emergencies/docs/Fao-syrian-refugee-plan2018-19.pdf)

FOSTER, M., Compartilhamento de Responsabilidades ou Mudança? Terceiros Países Seguros e Direito Internacional. 2008.

FRONTEX. Fran Quarterly (vários anos). Disponível em: <http://frontex.europa.eu/publications/?c=risk-analysis>

RELATÓRIO GERAL DE ACTIVIDADES DA UNIÃO EUROPEIA. 2008. Agência da União Europeia para os direitos fundamentais. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/200908/20090813ATT59618/20090813ATT59618EN.pdf/>

CONVENÇÃO DE GENEBRA. 1951. Disponível em: <https://www.unhcr.org/1951-refugee-convention.html>

GOIS, P .; FALCHI, G. O terceiro caminho. Corredores humanitários em tempos de paz como resposta da sociedade civil (local) ao fracasso comum da UE. 2017. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Cantarolar. vol.25 no.51 Brasília. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880005105>

GONZÁLEZ, R. G .; Determinação do status de asilo e refugiado. 2009. Anuário Estatístico do ACNUR. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4ce531e09.pdf/>

HADDAD, E., o refugiado na sociedade internacional: entre soberanos. 2008. Nova York: Universidade de Cambridge

HEALY, C. Focalizando Vulnerabilidades - O Impacto da Guerra Síria e da Situação dos Refugiados no Tráfico de Pessoas - Um Estudo da Síria, Turquia, Líbano, Jordânia e Iraque. Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias. 2015. [https://d1r4g0yvcc7lx.cloudfront.net//wpcontent/uploads/Targeting\\_Vulnerabilities\\_EN\\_\\_SOFT\\_-1.pdf](https://d1r4g0yvcc7lx.cloudfront.net//wpcontent/uploads/Targeting_Vulnerabilities_EN__SOFT_-1.pdf)

HERWIG, R. Estratégias de Resistência de Refugiados Femininos Sírios em Şanlıurfa. movimentos. 2017. Journal for Critical Migration and Border Regime Studies, 3: 2, 179-194. Disponível em: <https://movementsjournal.org/issues/05.turkey/12.herwig--strategies-resistance-syrian-female-refugees.html>

HUGO - PESQUISA DE PERCEPÇÕES TURCAS 2015. O German Marshall Fund dos Estados Unidos. 2015. Disponível em: [http://www.gmfus.org/sites/default/files/TP%20Key%20Findings%20Report%20English%20Final\\_0.pdf](http://www.gmfus.org/sites/default/files/TP%20Key%20Findings%20Report%20English%20Final_0.pdf)

COORDENAÇÃO INTER-AGÊNCIA TURQUIA Turismo da Turquia. 2018. Coordenação Interagências Turquia. 2018. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/download/64599>

IOM Relatório de avaliação de abrigo e lavagem da agência inter. IOM 2017. <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/InterAgencyShelterandWASHAssessmentReport.pdf>

IOM Avaliação quantitativa e qualitativa da coesão dos refugiados-anfitriões em três distritos na Turquia. IOM 2018. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/62914.pdf>

KANAT, K. B .; Üstün, K. Refugiados sírios da Turquia: para a integração. 2015.

KARAKOULAKI, M. Acordo UE-Turquia: o ônus para os refugiados na Grécia. 2018. Disponível em: <https://openmigration.org/en/analyses/eu-turkey-deal-the-burden-on-refugees-in-greece/>

KATSIAFICAS, C. Requerente de Asilo e Fluxos de Migrantes no Mediterrâneo Adaptam-se Rapidamente às Condições de Mudança. 2016. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/asylum-seeker-and-migrant-flows-mediterranean-adapt-rapidly-changing-conditions>.

KING, G; 1995. “Replication, Replication”. PS: Political Science and Politics, 28: 444-452, setembro. Disponível em: <http://j.mp/jCyfF1>.

KIREMITÇI, M.S. Crise de Refugiados e Proteção Social na Turquia. 2018. Fórum de Aprendizagem sobre Protecção Social e Empregos 2018. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/pt/674571520535212037/SSLF18-Forced-Displacement-Turkey.pdf>

KUTLU, Z. Da Ante-Chamber à Living Room: Uma breve avaliação sobre o trabalho de ONGs para os refugiados sírios. Istanbul: Anadolu Kultur ve Acik Toplum Vakfi. 2015. Disponível em: [http://www.anadolukultur.org/images/UserFiles/Documents/Editor/From\\_The\\_Ante\\_Chamber\\_to\\_the\\_Living\\_Room.pdf](http://www.anadolukultur.org/images/UserFiles/Documents/Editor/From_The_Ante_Chamber_to_the_Living_Room.pdf)

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. 1992. Pluto Press.

PRINCÍPIO DE NÃO REOLUÇÃO. OHCHR. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Migration/GlobalCompactMigration/ThePrincipleNon-RefoulementUnderInternationalHumanRightsLaw.pdf>

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS . Fora de vista. Relatório de março. 2016. Disponível em: [https://www.aerzte-ohne-grenzen.de/sites/germany/files/attachments/aerzte\\_ohne\\_grenzen\\_out\\_of\\_sight\\_report.pdf](https://www.aerzte-ohne-grenzen.de/sites/germany/files/attachments/aerzte_ohne_grenzen_out_of_sight_report.pdf)

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira. 1999.

OLIVEIRA, S. M. O estado de bem-estar é uma prioridade? 2019. Para ser publicado. Disponível em: <https://github.com/stephaniemoura1/stephanie-moura-trabalho-final-rmarkdown-tf-ad-ufpe-2018>

QUALIDADE DO GOVERNO. 2019. Qualidade do Instituto do Governo. Gotemburgo, Suécia. Disponível em: <https://qog.pol.gu.se/data>

ATO DE CONVENÇÃO PARA REFUGIADOS, de 1951. Disponível em: <https://www.unhcr.org/4ca34be29.pdf>.

SITUAÇÃO DE REFUGIADOS NA TURQUIA. Portal Operacional de situações de refugiados. ACNUR em parceria com o governo turco. 2019. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/situations/syria/location/113>

PLANO DE RESILIÊNCIA DE REFUGIADO REGIONAL (3RP). (2018) Plano Regional de Refugiados e Resiliência 2018-2019 - Turquia. 3RP. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/63168.pdf>

ROGERS, R. ; A política da migração no mundo contemporâneo. Organização Internacional de Migração (IMO). Junho de 1992. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.1992.tb00774.x/full>.

SAMARI, G. Saúde das Mulheres Refugiadas Sírias no Líbano, Turquia e Jordânia e Recomendações para Práticas Aprimoradas. 2017. World Med Health Policy, 9: 2, 255-274. <https://doi.org/10.1002/wmh3.231>

TIMMERMANS, F. Discurso do Primeiro Vice-Presidente Frans Timmermans na Sessão Plenária do Parlamento Europeu sobre a preparação da reunião do Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2018, 2018. Comissão Europeia. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-18-4142\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-18-4142_en.htm).

ATO DE ANTITERRORISMO DA TURQUIA. 2016. Disponível em: <https://www.legislationline.org/documents/id/16875>

CRESCENTE VERMELHO TURCO (TRC). Operação de ajuda humanitária à crise síria. TRC. 2018. Disponível em: [https://www.kizilay.org.tr/Upload/Dokuman/Dosya/17274319\\_may-2018-syria-crisishumanitarian-relief-operation.pdf](https://www.kizilay.org.tr/Upload/Dokuman/Dosya/17274319_may-2018-syria-crisishumanitarian-relief-operation.pdf)

ACNUR. Resposta Regional dos Refugiados na Síria - Portal de Partilha de Informações entre Agências. Plano Regional, de Refugiados e Resiliência 2016-2017 em resposta à Crise na Síria. 2016. Disponível em: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/country.php?id=224>.

ACNUR e ASAM. Rede de Mulheres Urbanas para Refugiados - Turquia. No ACNUR. Práticas promissoras de igualdade de gênero: Refugiados sírios no Oriente Médio e Norte da África. 2017. ACNUR. Disponível em: <http://www.unhcr.org/uk/protection/women/5a3bab8a4/unhcr-gender-equality-promisingpractices-syrian-refugees-middle-east-north.html>

ACNUR. 2017 RELATÓRIO ANUAL Plano Regional de Refugiados e Resiliência 2017-2018. 2018. ACNUR. <http://www.3rpsyriacrisis.org/wp-content/uploads/2018/05/3RP-2017-Annual-Report-01-May-2018-compacted.pdf>

Banco de dados de estatísticas da população do ACNUR. 2019. Populações Preocupantes do ACNUR. Disponível em: <http://popstats.unhcr.org/en/overviewbriggs>

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. DISPONÍVEL EM: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>

UNICEF. TURKEY CO Relatório da Situação Humanitária # 19. 2018. UNICEF. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/UNICEF%20Turkey%20Humanitarian%20Situation%20Report%20Não.%202019%20-%20Marca%202018.pdf>

UNWOMEN Mulheres e meninas do Centro de Mulheres SADA se reúnem para marcar um novo começo com o Dia Internacional da Mulher. 2018. Disponível em: <http://eca.unwomen.org/en/news/stories/2018/03/news-womenand-girls-of-sada-women-centre-gather-to-mark-international-womens-day> 23

VÄYRYNEN, R .; 2001. Dilemas de Financiamento na Assistência a Refugiados: Interesses Políticos e Reformas Institucionais no ACNUR. *International Migration Review*, Nova York, v. 35, n. 1, p. 143-167.

WEISSBRODT, D. Direitos humanos internacionais dos migrantes. *Fundações do Direito Internacional das Migrações*. 2012. Ed. por B. Opeskin, R. Perruchoud e J. Redpath-Cross. Cambridge University Press, Cambridge.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Resposta de saúde para refugiados sírios na Turquia. 2017. Disponível em: <http://www.euro.who.int/pt/syria-crisis>

YAVCAN, B. Acordo de Refugiados UE-Turquia: revisão. *Jornal DW*. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/en/the-eu-turkey-refugee-agreement-a-review/a-43028295>